

**Análise do Fenómeno da Naturbanização ao nível de PDM.
Aplicação a Terras de Bouro.**



Janeiro de 2008

AGRADECIMENTOS

Quero, desde logo, agradecer a toda a minha família, Pais, Avós, Tios que, de uma forma geral, me apoiaram desde sempre e, colectivamente, contribuíram para a minha educação e carácter. Não podendo deixar de lembrar quem, muito saudosamente, nos deixou.

Percurso desta vida, está também a educação profissional e escolar que serviram para chegar ao ponto em que me encontro, onde recordo e agradeço a todos os professores, principalmente, aos da Universidade do Minho onde concluo os meus estudos universitários, agradecendo em especial aos Professores de Geografia e Planeamento e aos Professores do Mestrado em Engenharia Municipal. Destes de realçar a Professora Doutora Júlia Lourenço, que em muitos esforços desenvolvidos, me tem assegurado e indicado o caminho perante as dúvidas e percalços desta Tese.

Por último, um agradecimento à Sónia Antunes que não me deixou desistir deste sonho, desta ambição.

RESUMO

Este documento analisa mudanças no processo da urbanização, as quais se evidenciaram nas duas últimas décadas, gerando dois novos fenómenos: Contraurbanização e Naturbanização. Estes dois conceitos de movimentos da população foram assim apelidados, em estudos desenvolvidos em Inglaterra por Berry Champion (counterurbanization) e em Espanha por Maria José Prados (naturbanization). O primeiro é descrito como o movimento das populações das cidades para áreas da periferia e o segundo, como o movimento de pessoas de áreas urbanas para áreas rurais de grande valor e riqueza paisagística envolventes a Parques Naturais e Nacionais. Ambos os movimentos ocorrem em sociedades industrializadas maduras.

Estes conceitos permitem explicar como a mudança de atitudes e de mentalidades perante as novas preocupações com factores ambientais, tem levado a população a procurar espaços de maior qualidade de vida, nomeadamente, na envolvência e no interior do Parque Nacional da Peneda-Gerês. De facto, depois de uma concentração inicial da população em centros urbanos em detrimento dos espaços rurais, tem-se assistido a um retorno das populações a essas áreas, evidenciando-se indícios destes novos fenómenos. Este comportamento diferenciado de habitar o território é avaliado através do processo de revisão de um Plano Director Municipal e dos inquéritos de Audiência Prévia onde as pessoas expressam a vontade de mudança do uso do solo e, com isso, a modificação pretendida e a conseqüente pressão sobre o território. Demonstra-se também o carácter importante das relações entre grandes pólos urbano e os territórios rurais adjacentes como catalizador destes fenómenos.

Propõem-se, agora, novos desafios à sociedade portuguesa que ainda se encontra em fase de amadurecimento das suas políticas de ordenamento territorial perante o factor do esvaziamento das áreas rurais, factor predominante nestas duas últimas décadas. No entanto, encontram-se já novos sinais de mudança que se vão evidenciando, embora de forma ténue, acarretando como tal novas implicações no uso urbano do território de elevado valor paisagístico.

ABSTRACT

This document analyses changes in the process of urbanisation, observed in the last two decades, generating two new phenomena: Counterurbanization and Naturbanization.

These two new concepts of population movements have been named counterurbanization, in studies developed in England by Berry Champion and Naturbanization in research developed in Spain by Maria José Prados.

The first is described as the movement of the populations of the cities to peripheral areas and the second as the movement of people from urban areas to rural areas of great landscape value and richness that evolved to Natural and National Parks. Both movements occurred in industrialized societies.

These concepts, allow the explanation how the changes of attitudes and of mentalities fostered with worries about environmental factors, have induced the population to find new places with better quality of life, especially in natural protected areas as inside the National Park of Peneda Gerês. In fact, after one initial concentration of the population in urban centres in detract of rural places, a new trend is evidenced by the return of population to these areas. This different pattern of behaviour is evaluated through the analyses of data compiled under the revision process of a Municipal Plan, where the people expressed their will to shift the land use attributed to their plots among other requests. This phenomenon has been framed by the two mentioned concepts of counterurbanization and naturbanization and it was confirmed that proximity to major urban centres and to main roads acts as a catalyst for these phenomena.

New challenges are proposed to the Portuguese society in the present days, a society that needs to mature its land-use policies in face of the human desertification of last two decades in the rural areas and corresponding implications. Nevertheless, some new evidences, albeit of small intensity can be located in territories of high landscape value.

PALAVRAS CHAVE

Naturbanização

Contraurbanização

Ordenamento do Território

Sistema de Informação Geográfica

Parque Nacional Peneda-Gerês

KEYWORDS

Naturbanization

Counterurbanization

Land-Use planning

Geographic Information System

National Park of Peneda-Gerês

ACRÓNIMOS

RAN - Reserva Agrícola Nacional;

REN – Reserva Ecológica Nacional;

SIG – Sistema de Informação Geográfica;

PDM – Plano Director Municipal;

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território;

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento Territorial;

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Palavras Chave	vi
KeyWords	vi
Acrónimos	vii
ÍNDICE	viii
Índice de Tabelas	x
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros	xii
Índice de Gráficos	xii
I – Introdução	1
Motivações	3
Objectivos	4
Metodologia	5
Hipóteses de Investigação	6
Estrutura da Investigação	7
Condicionantes da Investigação	9
II – O Fenómeno da Naturbanização	11
Introdução	11
Descrição do Conceito	13
Naturbanização versus Contraurbanização	16
Naturbanização e Alterações Demográficas	18
Naturbanização e o Mercado Imobiliário	19
Evolução de Territórios Rurais e Naturbanização	21
Implicações Negativas da Naturbanização	22
Síntese	23
III – Evolução Urbanística e Legal em Portugal	25
Introdução	25
Resenha Histórica e Principais Influências Urbanísticas	27
Resenha Histórica e Principais Influências Legais	31
A Praxis Legislativa em Portugal	32
Panorama Actual	33
Situação Legislativa anos 90	34
Alterações e Perspectivas de Mudança	37
Nível Nacional	37
Nível Regional e Nível Local	39
Ordenamento do Território e seus contributos para Avaliação da Naturbanização	40
Síntese	41
IV – A utilização das Ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica	43
Introdução	43
Surgimento e Conceitos de SIG	44
Aplicação de SIG	45
SIG e seus contributos para Avaliação da Naturbanização	48
Síntese	51
V – Estudo de Caso	53
Introdução	53
Equadramento do Território em estudo	54
Estrutura da população	62
Estrutura familiar	66
Projecções da População Residente	67

Política de Ordenamento do Município	70
Hierarquização dos aglomerados e dinâmicas de desenvolvimento.....	70
Acessibilidades e redes de equipamentos colectivos	72
Representação dos Dados/Resultados das Pretensões de Alteração de zonamento	74
Evidências dos fenómenos de Naturbanização e Contraurbanização	84
Síntese	95
VI - Conclusões do estudo e relação da Naturbanização e Contraurbanização no	
Município de Terras de Bouro	97
Referências Bibliográficas	101
Fontes.....	105
Legislação.....	106
ANEXOS.....	109
Caracterização Socio-Económica do Município.....	111
Actividades Económicas e Qualificação dos Recursos Humanos.....	111
Nível de Actividade Económica e Emprego	111
Estrutura do Emprego, Sectores de Actividade.....	116
Qualificação dos trabalhadores e Nível de Ensino da População.....	120
ANÁLISE TERRITORIAL (CONSULTA PÚBLICA)	122
FREGUESIA DE BALANÇA	122
FREGUESIA DE BRUFE.....	128
FREGUESIA DE CAMPO DO GERÊS.....	132
FREGUESIA DE CARVALHEIRA	137
FREGUESIA DE CHAMOIM	142
FREGUESIA DE CHORENSE	146
FREGUESIA DE CIBÕES	152
FREGUESIA DE COVIDE	156
FREGUESIA DE GONDORIZ	161
FREGUESIA DE MOIMENTA	165
FREGUESIA DE MONTE (ST. ^a ISABEL).....	170
FREGUESIA DE RIBEIRA	174
FREGUESIA DE RIO CALDO	179
FREGUESIA DE SOUTO	184
FREGUESIA DE VALDOSENDE	190
FREGUESIA DE VILAR	195
FREGUESIA DE VILAR DA VEIGA	199
Resenha Histórica.....	205
RESENHA HISTÓRICA DO QUADRO LEGAL EM PORTUGAL.....	208
O Código Administrativo de 1878.....	209
O Código Administrativo de 1886 e o Decreto de 6 de Agosto de 1892	209
O Código Administrativo de 1896.....	209
A Primeira República e o Decreto de 13 de Outubro de 1910	210
O Código Administrativo de 1936.....	210

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 – Área Freguesias.....	55
Tabela n.º 2 - Distribuição da população NUT III – Vale do Cávado.....	58
Tabela n.º 3 – População residente no Concelho por freguesia entre 1991 e 2001 e variação.....	59
Tabela n.º 4 – Densidade Populacional.....	60
Tabela n.º 5 – Estrutura Etária da População – Índices de Dependência (%)......	63
Tabela n.º 6 – Índices de e variação da estrutura familiar.....	66
Tabela n.º 7 – Projecção da Evolução da População.....	68
Tabela n.º 8 – Variação da População de 1991 até 2016.....	69
Tabela n.º 9 – Critérios de Avaliação e Pretensões Uso do Solo.....	75
Tabela n.º 10 – Dados principais indicadores Terras de Bouro.....	76
Tabela n.º 11 – Relação alojamentos e habitantes.....	77
Tabela n.º 12 - Comparação da Incidência de Pedidos de Alteração.....	81
Tabela n.º 13 – Número de Pedidos por freguesia.....	82
Tabela n.º 14 – Áreas dos Aglomerados e Área de Expansão Proposta.....	84

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Esquema de trabalho desenvolvido.....	7
Figura n.º 2 – Esquema de Tratamento de Informação em ambiente SIG.....	46
Figura n.º 3 – Enquadramento Territorial.....	54
Figura n.º 4 – Enquadramento Administrativo Município Terras de Bouro.....	55
Figura n.º 5 – Modelo Digital de Terreno.....	56
Figura n.º 6 – Perspectiva do Vale do Rio Cávado e carácter de humanização das margens.....	57
Figura n.º 7 – População Residente.....	60
Figura n.º 8 – Densidade Populacional.....	62
Figura n.º 9 – Distribuição Aglomerados Urbanos.....	71
Figura n.º 10 – Rede Viária Principal.....	73
Figuras n.º 11 e 12 – Panorâmica Vale do Gerês e de Rio Caldo.....	78
Figuras n.º 13 e 14 – Panorâmica Vilar da Veiga, Rio Caldo e Valdosende.....	79
Figura n.º 15- Pedidos de Alteração de Uso do Solo, zonamento por freguesia.....	83
Figura n.º 16- Principais Condicionantes do Município de Terras de Bouro.....	85
Figura n.º 17. – Pressão Urbana, Vale do Homem.....	87
Figura n.º 18. – Pressão Urbana, Vale do Homem.....	88
Figura n.º 19. – Zonalidade temporal entre o principal pólo urbano e o PNPG.....	90
Figura n.º 20 – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2. ^a Habitação.....	91
Figura n.º 21. – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2. ^a Habitação.....	92
Figura n.º 22. – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2. ^a Habitação.....	93
Figura n.º 23. – Áreas de Equipamentos e de casas de férias ou 2. ^a Habitação.....	94
Figura n.º 24. – Localização dos Pedidos de Alteração no Território de Terras de Bouro.....	98

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Quadro legal da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo.	35
Quadro n.º 2 – Hierarquização das figuras de Plano.....	36

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – População Residente Por Sexo.....	59
Gráfico n.º 2 – Evolução da Densidade Populacional.....	61
Gráfico n.º 3, n.º 4 – Estrutura Etária da População de Terras de Bouro.....	64
Gráfico n.º 5 – Estrutura Etária da População de Terras de Bouro.....	65
Gráfico n.º 6 – Cálculo da Projecção (linha de tendência).....	68
Gráfico n.º 7 – Evolução População Residente.....	80
Gráfico n.º 8 – Pedidos por freguesia (número de áreas a desafectar 451 polígonos).....	80
Gráfico n.º 9 – Número de Edifícios por freguesia.....	81

I – INTRODUÇÃO

Esta dissertação surge de uma oportunidade de trabalho sobre uma área temática ainda por explorar em Portugal, a "*Naturbanization*", embora já detectada noutros países, com o exemplo pioneiro da Espanha.

Apresenta-se uma análise exploratória de conteúdos ainda insondados em Portugal na questão da relação da Urbanização e Natureza, designadamente, a atractividade sobre territórios de riqueza paisagística e natural¹ e regiões protegidas formalmente por classificações como os Parques Nacionais e Naturais.

Em Portugal, nas últimas três décadas, foram criadas várias áreas de protecção paisagística (essencialmente na década de 70), como: os Parques Naturais de Montesinho, Parque Natural da Serra da Estrela, entre outros, e o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Também o ordenamento do território sofreu várias alterações, principalmente no que concerne à criação de novas e várias figuras de planos de ordem nacional, regional e municipal. Surgiram ainda outras figuras, de índole "inibitória"², como, a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional. Estas figuras e a entrada em vigor de um novo quadro ao nível do Planeamento, que obriga ao planeamento desenhado, organizado em funções de áreas bem definidas, criou problemas nas relações há longos tempos vigentes relativamente ao direito dos proprietários em urbanizar as suas propriedades, num sistema em que os direitos de uso eram, tradicionalmente, coincidentes com os direitos de posse da propriedade.

São estas regras de ordenamento e figuras de planos e programas que regram os usos do solo, os indicadores usados na verificação e avaliação dos fenómenos, pois regulam a viabilidade de execução das pressões urbanas existentes e, caracterizam-na tipologicamente, distinguindo a intenção e o tipo de pressão urbana.

As várias mudanças promovidas equacionam novos enigmas para a urbanização e o planeamento do território que, associados com a transformação da sociedade portuguesa, não encontram resposta nos modelos até agora desenvolvidos.

¹ Entenda-se aqui qualidade de vida como a vivência em espaços fora das cidades, onde existem os equipamentos necessários para suporte das actividades humanas como equipamentos de saúde, lazer, educação, entre outros. Estas zonas dependem também de boas acessibilidades que permitam a existência dos movimentos pendulares casa-trabalho.

² Embora instituídas formalmente na década de oitenta, as figuras das Reservas Nacionais têm suscitado uma forte discussão, como figuras de protecção de recursos naturais e paisagísticas, sendo o seu principal defensor o Arquitecto Paisagista Sidónio Pardal ou, como figuras de desmembramento do ordenamento do território, inserindo injustiças através do aumento dos preços de terrenos urbanizáveis segundo cartografia em Plano aprovado e agilizando o mercado imobiliário.

A forma de encarar a urbanização nos espaços rurais, vem agora desafiar este modelo, impondo-se a ideia de uma utilização sustentada que combata o crescente “esvaziar” dos mesmos.

Essencial para se enquadrar e perceber estas novas formas de habitar o território, a detecção destas novas tendências passa pelo conhecimento dos conceitos aqui apresentados, e de que forma se evidenciam e distinguem no território de padrões mais clássicos da habitação territorial. Nos últimos anos, tem-se assistido a uma mudança das dinâmicas urbanas. Hoje em dia, existem, cada vez, maiores preocupações com a qualidade ambiental e a tentativa de aliar essa qualidade com espaços dotados de equipamentos de saúde, lazer e educação que possam servir as populações fora das grandes urbes, geralmente, localizadas na zona periurbana ou, a uma distância que não seja inibidora do movimento casa-trabalho.

Para isso, é fundamental conhecer os modelos de ordenamento do território existentes em Portugal e das práticas urbanísticas compreendendo de que maneira legal e histórica se foi habitando e ocupando o território, pois, só conhecendo as regras que ditaram e ditam o usufruto do solo e as regras de edificação, designadamente, através do Plano Director Municipal (PDM) se pode, *a posteriori*, identificar e avaliar mudanças destes padrões, bem como as novas tendências de urbanização

Elaborar uma metodologia que permita de uma forma célere e eficaz, estudar o carácter pioneiro da pesquisa de tendências de Naturbanização através da avaliação dos pedidos da Audiência Prévia do PDM implica a utilização de um SIG, pois, permite também, utilizar o seu potencial de análise espacial, respondendo em detalhe às questões levantadas pelos novos fenómenos como por exemplo: onde se localizam, porquê desta localização em função de critérios previamente estabelecidos, relação com o espaço físico e com as diversas variáveis socio-económicas.

Aliado a tudo isto, deve-se analisar adequadamente as características do território em presença, factor fulcral nesta avaliação, pois estes fenómenos estão ligados com relacionamento de áreas específicas, onde coexistam em proximidade áreas urbanas e rurais.

Coloca-se assim, um novo desafio, não tanto na noção da atractividade de algumas zonas rurais para urbanizar, mas sim o de como solucionar a pressão urbanística sobre zonas de riqueza paisagística protegida.

Neste capítulo aborda-se as motivações, os objectivos, a metodologia, identificam-se as hipóteses de investigação e suas condicionantes.

MOTIVAÇÕES

Decidir enfrentar um projecto tão importante, como uma tese de mestrado, implica sempre questões de evolução e valorização científica e profissional que nos leva a uma forte reflexão inicial, muitas vezes motivada pelas relações afectivas com o tema e área de estudo.

A formação inicial em Geografia e Planeamento e o trabalho profissional desenvolvido na área do Ambiente e Ordenamento do Território foi despertando um interesse, cada vez mais emotivo e apaixonado pela difícil área do Urbanismo. A realização desta dissertação de Mestrado decorre deste envolvimento e a decisão de investigar a área da Naturbanização no território de Terras de Bouro surge muito ligada com a personalidade que este tema tem em mim, uma vez que, cresci neste local e vivi as transformações ocorridas ao nível das modificações do padrão da vivência e da habitação neste território. Residindo na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês, em Terras de Bouro, nomeadamente, na freguesia de Vilar da Veiga e na freguesia de Caniçada, Vieira do Minho, sempre estive em contacto com a riqueza paisagística deste território, tão atractivo para a população que a visita ou que actualmente aí se radica.

A selecção deste campo disciplinar decorre, assim, da necessidade de aprofundar e explicitar as questões que têm sido expostas sobre as limitações do actual quadro legislativo e a crescente pressão de urbanização junto destas áreas protegidas.

Pretende-se, então, expor um quadro, o mais completo possível sobre as teorias e aplicações desta temática, bem como fornecer uma compatibilização deste com o panorama português.

OBJECTIVOS

O objectivo principal do estudo passa por expor os novos fenómenos urbanísticos em áreas de riqueza natural. O estudo de caso seleccionado abrange a análise e interpretação dos dados de expansão urbana do território de Terras de Bouro. O processo de crescimento urbano actual aponta para que a definição formal do espaço seja feita de uma forma macro-planeada através de instrumentos legais (essencialmente através de PDM, PEOT, PROT), ou seja, o planeamento a partir da escala menor ou igual a 1:10.000, podendo-se dividir depois em tendências de micro-planeamento, essencialmente, devido ao comportamento dos particulares.

Compreender esta pressão urbana pode, depois, assumir uma componente prática ao nível do técnico planeador/urbanista que gere o território, pois a pressão urbana (na forma de construção), nestas áreas protegidas deve assumir uma forma de compatibilizar usos actuais, que permitam revalorizar o espaço rural, preservando sempre o interesse de protecção e salvaguarda paisagística.

Afigura-se, assim, essencial apresentar dados de investigação que provem a diferença do carácter de habitação que tem ocorrido nestes últimos anos e que indiciam empiricamente o fenómeno de Contraurbanização e/ou de Naturbanização e, com este diagnóstico mais preciso, permitem explicar os novos desafios que se colocam a estes territórios, com as vantagens e dificuldades advindas destas modificações.

Pretende-se também fazer a análise das dinâmicas demográficas e territoriais, em especial de urbanização, do município de Terras de Bouro, como um exemplo do território do PNPG e das suas características em relação ao restante País e da legislação globalizante que atinge todo o território português.

METODOLOGIA

Esta dissertação analisa novas perspectivas e fenómenos de urbanização, nomeadamente, na relação da habitação desconcentrada e repelida da cidade que atinge actualmente no espaço rural uma nova atractividade e vitalidade urbana.

O primeiro passo para desenvolver este trabalho foi o da consulta de bibliografia diversificada que permita identificar os fenómenos da Naturbanização e da Contraurbanização, bem como, notas metodológicas e várias referências da legislação urbanística portuguesa, podendo, assim, identificar a compatibilização destes dois termos com as regras definidas para a edificação e urbanização em Portugal. Esta análise permitiu, também, a consolidação de conhecimentos sobre a temática.

Ao nível do trabalho realizado foram sendo ultrapassadas várias fases, sendo a primeira parte, elaborar o esquema de trabalho e a investigação dos conteúdos que iriam permitir analisar o fenómeno da Naturbanização. Partiu-se, então, dos dados disponibilizados pela Audiência Prévia do PDM de Terras de Bouro, esquematizando variáveis como as da localização, do tipo de solo, da distância a equipamentos e rede viária e da probabilidade de execução de cada pedido. Foi aqui importante recorrer às ferramentas de trabalho como os sistemas de informação geográfica, que permitiram compilar toda a informação de levantamento de campo e extrair as respostas necessárias.

O passo seguinte foi o da operacionalização de uma extensa tarefa de estudo do território de um município integrado no PNPG, verificando a realidade demográfica e ambiental e urbanística, do município em estudo, sempre com auxílio dos meios técnicos (SIG) necessários que resultaram nas bases de dados disponibilizadas, mas também num conhecimento empírico mais aprofundado sobre o território do município, das suas dinâmicas e das preocupações de quem o habita.

Por último, foi realizado o presente documento que, embora seja a parte mais importante e visível deste trabalho, encerra em si uma pequena parte do conhecimento adquirido e do trabalho desenvolvido.

HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Aquando do início da elaboração das hipóteses de investigação desta dissertação sobre o território da região envolvente ao Parque Nacional da Peneda Gerês, surgiu naturalmente o estudo da dinâmica urbana da região. Como habitante desta região são evidentes a olho desarmado as transformações habitacionais ocorridas nestas duas últimas décadas.

Como forma de averiguar estas alterações e com os conhecimentos científicos adquiridos, surgiu assim a oportunidade de tentar desvendar e demonstrar as questões que se levantavam para a ocorrência destas mudanças.

A primeira Hipótese de investigação procura detectar se as dinâmicas urbanas em territórios com protecção ambiental ocorrem em função de motivos como as mudanças macro que alteraram a sociedade global e o País, mudança das vivências e regime político em Portugal, entre outras e/ou mudanças micro, como a revitalização dos espaços rurais e da sua relação com as cidades e melhoria global das condições de vida.

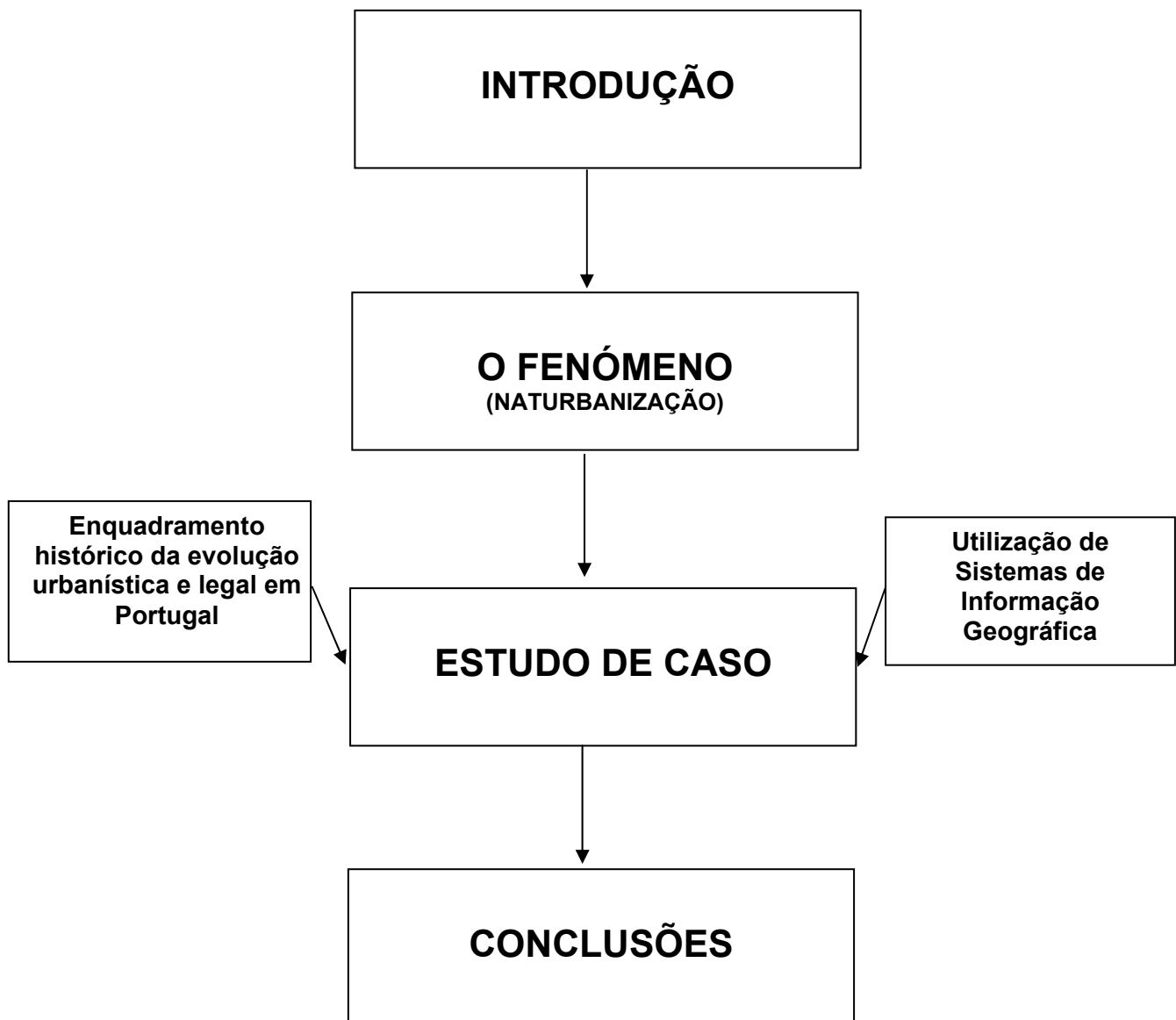
Surgiu, assim, a segunda hipótese de Investigação: se seria possível confirmar a existência dos fenómenos de Naturbanização e de Contraurbanização, correndo em busca de respostas que consigam pensar novas maneiras de enfrentar um modelo de desenvolvimento do Espaço Rural e Urbano, que possa contribuir para solucionar o problema estrutural que é, o contra senso da Desertificação Rural *versus* Pressão Urbana para segunda habitação.

Este trabalho tem também como hipótese de investigação confirmar a utilização das novas ferramentas de informação geográfica que apoiadas em metodologias apropriadas, são vitais para avaliar esta questão nos domínios da avaliação da pressão urbana e do fenómeno da Naturbanização e Contraurbanização no município de Terras de Bouro, mesmo sendo um território pouco urbanizado e de topografia complexa.

ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO

Para que este documento funcione de um modo coerente e funcional, estabeleceu-se a seguinte estrutura de apresentação da dissertação.

Figura n.º 1 – Esquema de trabalho desenvolvido.



A dissertação aqui apresentada está dividida em seis capítulos os quais podem ser divididos em 4 partes distintas, a Introdução, o estudo do fenómeno da Naturbanização, onde são explanados os principais contributos da corrente literária para a condução dos trabalhos, o Estudo de Caso e, uma última parte com as principais conclusões decorrentes da discussão do fenómeno da Naturbanização onde se observa também o fenómeno da Contraurbanização.

No capítulo da introdução descrevem-se os objectivos a alcançar, os motivos que levaram à selecção deste tema, uma análise à metodologia adoptada e quais as hipóteses de investigação colocadas no estudo.

Em seguida, introduz-se uma parte geral onde se explicita os conceitos sobre a temática tratada para que se compreenda a ligação com as restantes temáticas da organização territorial, enquadrando-as com a praxis legislativa do país. Por último, analisa-se a utilização da ferramenta de trabalho do geógrafo que são os sistemas de informação geográfica.

Os dois últimos capítulos caracterizam o território estudado e apresentam o diagnóstico dos novos fenómenos de urbanização, provados pelas variáveis geográficas de população, pedidos de licenciamento, entre outros, permitindo estabelecer conclusões e recomendações para o futuro que são apresentadas no último capítulo.

CONDICIONANTES DA INVESTIGAÇÃO

Embora com grandes contrastes de modelado, Norte – Sul (Montanha-Pediplanicie), Interior – Litoral (Meseta, Planície Marítima), Portugal continua a ser um território não muito disperso e, com uma variedade paisagística muito diversa, o que, só por si, faz com que as regiões de interesse para estabelecer segunda habitação ou para actividade de turismo rural e cultural sejam muitas e variadas, o que, mais uma vez, pode enfraquecer a visibilidade do fenómeno da Naturbanização.

Portugal com os seus dez milhões de habitantes, torna-se um País em que pequenas modificações podem surtir grandes efeitos. Portanto, terá de se compreender que o fenómeno proposto para estudo possa ser diferenciado quer em número, quer em percepção em relação a países como Espanha. Exemplo disso, é a existência de diversos Parques Nacionais em Espanha em contraponto em Portugal com um único Parque Nacional, o PNPG.

Mas, sem dúvida, a maior dificuldade encontrada no desenrolar deste trabalho é a de comprovar, na prática, a existência de um fenómeno para o qual há ainda muito por descrever, por comprovar, pois, trata-se de uma área de trabalho pouco desenvolvida e que só se pronuncia, depois de alguns anos de modificações no Ordenamento Territorial e com a maturação da vida nas cidades, invertendo o processo e criando uma nova afluência para residir em espaços mais Rurais.

Sobre esta temática também a nível internacional se estão a realizar os primeiros estudos o que, de si, torna esta uma área de trabalho pouco investigada e o seu carácter de pioneirismo colocou, naturalmente, dificuldades acrescidas.

II – O FENÓMENO DA NATURBANIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos principais na dinâmica rural prende-se com a iniciativa dos proprietários de zonas urbanas mais saturadas que agora recorrem a estas zonas rurais menos compactas de urbanização e que oferecem uma qualidade de vida superior em termos ambientais. Esta tendência cria uma procura cada vez maior deste tipo de espaços para edificação de casas de segunda habitação ou mesmo de primeira habitação, deslocando-se, *a posteriori*, para o local de trabalho em pólos urbanos mais próximos.

Esta necessidade acarreta consigo necessidades de servir as pessoas com alguns equipamentos e infra-estruturas básicas, designadamente, escolas, centros de saúde, tribunais, parques desportivos, etc.

Reflectindo a evolução social nos últimos 50 anos associada à transformação social ocorrida: emigração, migração e conseqüente fragilização da dinâmica populacional, vemos que o espaço Rural, em geral, em Portugal, tem sido “desvitalizado”, neste últimos anos.

Esta situação tem levado à diminuição das actividades agrícolas que, conseqüentemente, levou a uma precariedade do Espaço Rural em detrimento do Aumento dos Espaços Urbanos.

Analisando este fenómeno, apercebe-se que a evolução de outros aspectos como a rede viária, a infra-estruturação e, essencialmente, o “falhanço” no processo do Ordenamento do Território e dos seus instrumentos, em não conseguir integrar/valorizar o Espaço Rural, integrando-o em modelos de desenvolvimento atractivo no desenvolvimento socio-económico, levam a estudar as modificações da dinâmica do Espaço Rural neste últimos anos.

O Espaço Rural teve três grandes mudanças: depreciação da actividade agrícola, perda de população e, uma terceira mais recente, a atractividade destes espaços para construção, devido a serem zonas de uma qualidade de vida mais relaxante e associada ao Turismo.

Este último tópico tem sido, nos últimos tempos, alvo de grandes investimentos uma vez que cerca de 10% do PIB Nacional se prende com a actividade turística.

Isto tem levado a crescentes investimentos, públicos e privados nesta área e que, em último caso, têm levado ao aumento da dinâmica do espaço Rural.

Acrescente-se, ainda, que a dinâmica Rural tem-se modificado pela presença do Turismo e da segunda habitação, que, no capítulo das acessibilidades os seus melhoramentos, tem introduzido uma significativa vertente de proximidade destas áreas com as áreas Urbanas, pólos centrais de Urbanização como sejam as principais cidades do País.

Existe uma procura cada vez mais acentuada de construção nos concelhos periféricos às grandes zonas urbanas, principalmente, quando dotados de infra-estruturas e reconhecido Património Natural, este processo é chamado de countraurbanization. Embutido nesta sequência, mas com diferenças ao nível da intensidade de deslocação da população temos o fenómeno da Naturbanization (PRADOS, 2004).

Este capítulo pretende apresentar detalhadamente, um enquadramento teórico sobre o fenómeno da Naturbanização, a sua génese como derivação da Contraurbanização, a sua ligação com as alterações demográficas, as relações com o mercado imobiliário e quais as implicações no território da relação deste fenómeno com a evolução dos territórios rurais.

DESCRIÇÃO DO CONCEITO

O processo da naturbanization começou por ser denominado de conteurbanization num trabalho desenvolvido por BERRY 1976, 78 e CHAMPION 1989. Os estudos do fenómeno da Conteurbanization, estudavam dados do crescimento demográfico entre 1950 e 1980 e calculou o crescimento em diversas zonas geográficas diferenciadas em população e densidades.

O processo de counterurbanization é apontado por BERRY, (1976) como um processo de descentralização da população, que envolvia uma mudança de movimentos de população, anteriormente do campo-cidade, agora, no seu inverso: da cidade-campo.

Mas este fenómeno de descentralização assume um carácter menos definido e menos forte, ao passo que a migração campo – cidade se faz rapidamente e de uma forma mais centralizada. O fenómeno de descentralização assume um carácter mais disperso e menos intenso.

Este novo fenómeno é apontado por alguns autores como “o da cidade desconcentrada” pois, “caracteriza-se pela dispersão no espaço da população urbana, entendendo por tal a que não se encontra funcionalmente vinculada às actividades próprias das áreas rurais, ou seja, a população que reside nas áreas rurais e que não se encontra ocupada nas actividades agrárias” (FERRÁS, 1998).

Existe, de facto, na comunidade que abordou durante os estudos destes temas, diferentes terminologias para este fenómeno, distinguindo-se diferenças entre as várias escolas em relação aos conceitos ou processos associados, como o de **suburbanização** (literatura Anglo-Saxã, Espanhola e Italiana), **Naturbanização** e **periurbanização** (literatura Francesa e Espanhola). Por outro lado, na América do Norte (e também em parte da Europa), fala-se, principalmente, de **contra-urbanização** (DEMATTEIS, 1998).

À medida que se desenvolveram tendências à contra-urbanização, foi-se desenhando a separação formal entre a cidade e campo (se é que alguma vez existiu tal separação), ao mesmo tempo que as transformações económicas e tecnológicas provocaram a integração funcional e física do espaço, a tal ponto que as actividades económicas e a forma de vida urbana espalhou-se praticamente pela totalidade dos territórios de muitos países (MACHADO, 2003).

Tais áreas são caracterizadas por formas de urbanização dispersa em que, em geral, é altamente complicada a distinção clara entre campo e cidade. Isto acontece no contexto em que as periferias citadinas ou áreas periurbanas tendem a aumentar a sua extensão e, sobretudo, ter limites cada vez mais indefinidos com respeito à área rural (MACHADO, 2003).

A Comissão Europeia no seu documento “EUROPA 2000”, determina cinco diferentes tipologias de espaços rurais:

1) *Espaços rurais situados junto a zonas muito urbanizadas: são os que se beneficiam de empreendimentos residenciais, industriais ou são destinatários de demandas para actividades de lazer. Normalmente experimentam um crescimento demográfico e um contínuo desenvolvimento económico.*

Neles, a agricultura está orientada à produção intensiva, ou de tipo industrial, que geram uma importante carga contaminante.

2) *Espaços rurais de alto atractivo turístico: localizados em zonas de costa ou de montanha, bem dotadas de infra-estruturas de lazer e alojamento. Atraem massivamente jovens de outras zonas e têm problemas de degradação da paisagem.*

3) *Espaços rurais com actividades diversificadas: ainda que dependam da agricultura, actividades complementares como o turismo rural, pequena indústria ou artesanato, estruturaram e dinamizaram seu panorama económico.*

4) *Espaços rurais com actividades predominantemente agrícolas: são menos diversificados que os anteriores e neles a agricultura desempenha um papel preponderante; caberia distinguir, dentro destes, duas subcategorias: aqueles com forte capacidade de produção associada a um sector eficaz de transformação e comercialização de produtos agrícolas e outros com uma agricultura mais tradicional e com menor produtividade. Neste último, o emprego agrícola é importante e, às vezes, está caracterizado por uma elevada mão-de-obra excedente.*

5) *Espaços rurais de difícil acesso: agrupam numerosos territórios de media e alta montanha. Sua paisagem está dominada por bosques ou actividades agrárias. A maior parte destas zonas está em vias de despovoamento agrícola e rural.*

Ao envelhecimento da população acrescenta-se o êxodo de jovens e, às vezes, o retorno de antigos emigrados já aposentados.

Obviamente este fenómeno vem incutir novos problemas no processo de organização espacial do território.

Hagget, (1976, 1990) refere o processo da conturbanização como um processo dual em que a análise espacial e fluxos territoriais se demonstram como pontos fulcrais da Geografia Humana.

Outras das partes envolvidas no processo da Contraurbanização prendem-se com a existência de áreas rurais com um grande património natural muito rico, como é o caso da existência de Parques Naturais ou Nacionais ou outro tipo de áreas protegidas que conferem à localização uma protecção e qualidade superiores, pois conferem uma qualidade ambiental superior às restantes áreas rurais. Esta é uma das razões principais porque se introduz o conceito de Naturbanização, referindo que as condições ambientais e qualidade cénica das paisagens são agora novos factores (novos Recursos da Paisagem) que explicam a atractividade da população para residirem nesta áreas.

Assim, enquanto o processo de Contraurbanização nos mostra que a descentralização das pessoas é um processo muito importante, porque aponta claramente a existência de mudanças no comportamento da mobilidade residencial e dos motivos que levam a essa mobilidade.

NATURBANIZAÇÃO VERSUS CONTRAURBANIZAÇÃO

Os conceitos de Contraurbanização e da Naturbanização estão obviamente relacionados, pois usam a mesma metodologia e recursos e, em ambos os casos, a população é atraída para áreas rurais que inicialmente não seriam consideradas áreas atractivas de urbanização. Este fenómeno tem como consequência final um aumento inesperado de população ou, pelo menos, de procura de áreas de construção. No entanto, no conceito da Naturbanização o aspecto central prende-se com a atracção das áreas rurais pelas suas qualidades paisagísticas e pelo seu valor ambiental, mas contrastando com o conceito de Contraurbanização.

O efeito da Naturbanização não se rege tanto pelo número de pessoas ou movimentos da população, sendo mesmo estes mais limitados (PRADOS, 2004).

Apenas uma parte da área rural é afectada pelo movimento da população cidade-campo, pois, apenas algumas pessoas são atraídas pelo fenómeno dos valores naturais da paisagem.

O aumento das condições de mobilidade e das novas tecnologias são das principais razões porque os outrora grandes centros urbanos, já não o são mais. Outras das razões é o facto destas áreas rurais atraírem pessoas pela sua qualidade de recursos naturais. Este padrão de atractividade das zonas rurais tem levado mesmo a uma atractividade não só para residência, mas também, para instalações de actividades empresarias, empresas ligadas ao sector turístico, ou até mesmo para ambos cumulativamente.

Analisando o processo da “Naturbanização” é importante reflectir no potencial do desenvolvimento rural, especialmente na relação da manutenção das actividades agrícolas e na conservação da paisagem. O somatório destes factores e as relações de atractividade da população para as áreas rurais possibilitam o estabelecimento de critérios para identificação de áreas que podem actuar como pontos fulcrais de imigração devido ao processo da Naturbanização e que, devido a esse facto, são mais valorizadas.

Ainda analisando o conceito Contraurbanização através de Tony Champion, vemos que este conceito se pode entender como sinónimo de “exurbanization”

(Spectosky 1995; Mitcell 2004), referindo-se como o processo de expansão de áreas urbanas para lá das áreas suburbanas; é definida como difusão das áreas densamente mais povoadas para áreas com qualidade ambiental superior à oferecida nas cidades (BERRY, 1976, CHAMPION 1989, 1998). Associado a este êxodo de pessoas que levam ao fenómeno da Contraurbanização está também o facto de estas áreas rurais conseguirem ser atractivas pois oferecem certos equipamentos imprescindíveis para o conforto dos habitantes (boas escolas, equipamentos, desportivos, associados a zonas de prática de actividades de lazer em espaços naturais).

O fenómeno Contraurbanização está, assim, associado com mudanças sociais no espaço Rural e da prática das actividades rurais. Temos agora diferentes ocupações das pessoas que residem nessas áreas, como uma, cada vez mais, proeminente actividade turística e de comércio em detrimento das actividades da agricultura associada às comunidades rurais existentes em Portugal, principalmente da agricultura de subsistência.

Outros estudos confirmam a importância da qualidade ambiental nas preferências residenciais da população, pois, a qualidade ambiental de certas áreas rurais também é confirmada pela sua importância na consolidação progressiva de novos destinos turísticos (ver por exemplo Williams & Jobes, 1990; Granell Pérez & Biescas Ferrer, 1993; Rasker, 1993; Elbersen & Prados Velasco, 1999). O foco central de todos esses estudos é baseado na afirmação de que a criação e ou a presença de áreas protegidas exerce uma influência positiva em áreas rurais, atraindo:

- novas actividades de negócios baseadas no prazer e tempo desocupado em recursos naturais em áreas protegidas;
- actividades renovadas de negócios baseadas no consumo de recursos naturais;
- mais alto investimento público, traduzindo-se em acessibilidade melhorada e a renovação de infra-estrutura.

A existência de áreas naturais protegidas opera, do seu próprio modo, como um factor na atracção de novos residentes a áreas rurais vizinhas, sendo, por isso, que o conceito de Naturbanização é introduzido para recorrer a um processo, no qual as qualidades de paisagem ambientais e cénicas são factores novos na explicação das tendências recentes da mobilidade demográfica em direcção a certas áreas rurais.

NATURBANIZAÇÃO E ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS

Maria José Prados ao estudar o fenómeno da Naturbanização e a sua relação com as mudanças demográficas distingue dois tipos diferenciados de locais dentro da região da Andaluzia, as zonas mais rurais, podemos apelidar das nossas aldeias, e as zonas mais urbanas as cidades.

Como em Espanha a mobilidade e dinâmica demográfica sentida nas últimas décadas é semelhante ao registado no caso Português, assiste-se a uma quebra geral das zonas mais rurais em detrimento das zonas mais citadinas das quais as regiões dos Parques Naturais e Nacionais são exemplo.

Temos de perceber que a realidade Territorial Espanhola e Portuguesa, são bastante distintas.

Enquanto o processo e retrocesso da dinâmica populacional se efectuou em Espanha de uma forma positiva, embora de uma forma ténue, em Portugal podemos apontar que esta forma de avaliação da Naturbanização pode não ser a melhor, pois, encontramos-nos ainda em evidente processo de esvaziamento das áreas rurais.

Isto deve-se ao facto de que o único Parque Nacional que temos não dispor de factores de localização apontados por Maria José Prados para que este crescimento aconteça:

- proximidade das zonas costeiras e de cidades de grande crescimento;
- áreas de montanha perto de grandes cidades.

A nossa realidade reflecte factores distintos do caso Espanhol pois estamos em decréscimo de população, envelhecimento, e as cidades de “grande” morfologia estão ainda em processo de aglutinação de pessoas.

Surgem, no entanto, já fenómenos que suportam o fenómeno da Naturbanização e Contraurbanização, na zona envolvente do PNPG, que demonstro no caso de estudo.

NATURBANIZAÇÃO E O MERCADO IMOBILIÁRIO

O aumento da procura por terrenos até então pouco valorizados e essencialmente ocupados com explorações agrícolas são, agora, alvo de pressões imobiliárias, pretendendo-se satisfazer a procura destes novos proprietários. Estas áreas tornam-se atractivas, quer pela sua qualidade ambiental, menos congestionadas, de trânsito e com menores densidades populacionais e que se encontram relativamente próximas dos principais pólos urbanos (principalmente das grandes cidades onde trabalham e existem os grandes equipamentos de saúde, educação, entretenimento, etc.).

As grandes melhorias tecnológicas que conferem um carácter de “aldeia global”, ao “Mundo de hoje”, fazem com que as distâncias, sejam um factor cada vez menos significativo de transpor, principalmente, existindo meios de acessibilidade que nos permitem percorrer grandes distâncias em curtos períodos de tempo, o que leva a uma distanciação da aglomeração urbana central, da cidade, para os seus arredores.

Assim a esta especulação imobiliária, embora coloque problemas de Organização Territorial, aumento de áreas urbanas em zonas com diversos instrumentos de Ordenamento Territorial (Nacional, Regional e Local), geralmente inibidores de uma expansão urbana, junta-se o factor de possibilidade da atribuição de mais valias aos proprietários destes terrenos, até então, sem grande valor comercial.

Este fenómeno de agitação do mercado imobiliário tem tido grande relevo nestas áreas de grande riqueza paisagística. Antes de mais, com a mudança da sociedade e da dinâmica rural/urbano que passou a comandar diferentes estilos de vida, criou também novas necessidades.

Posso afirmar que as desigualdades imobiliárias que existiram ao longo do tempo ao nível do uso do solo, entre terrenos Urbanos (cidadinos) e Rurais (Aldeias), eram essencialmente comandadas pela concentração de uma oferta de serviços e mais valias de emprego e concentração industrial que as cidades tinham. Este panorama foi radicalmente modificado com a entrada em vigor de planos de Ordenamento de Território que vieram restringir os direitos de construção e edificação dos proprietários.

Esta temática da mais valia dos terrenos e dos direitos adquiridos e retirados aos proprietários tem suscitado várias discussões no meio de urbanistas, geógrafos,

legisladores, entre outros, pois estes planos vieram qualificar e classificar um solo por meios mais “rígidos”³.

Agora o uso do Território está identificado em meios cartográficos, existindo fronteiras “bem” delimitadas segundo os vários critérios de planeamento e uso do solo, enquanto que, anteriormente, se construía pelas necessidades de modificação e usufruto dos terrenos em si e das populações e, por isso, existirem vários modelos de habitação.

As populações que, ao longo do tempo, foram resistindo com as suas actividades rurais, agora, têm de, rapidamente, adaptar-se e conseguir valorizar de uma forma diferente a sua propriedade. O interesse passa pela nova zonalidade de propriedade rural em zona de construção, Solo Urbano.

Embora não consiga identificar com clareza o preço por m² da propriedade, pois, varia em muitos aspectos, (localização, acessibilidades, exposição solar, vizinhança, entre outros) é de conhecimento comum que um terreno urbano ou com possibilidade de construção é bastante superior ao valor de um terreno rural, em qualquer lugar do País, mas, em casos, como de atracção turística e ambientalmente ricos, estes sobem ainda mais.

É neste sentido, que o território envolvente à Barragem da Caniçada e ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, por nós aqui estudado, tem sofrido grandes alterações.

Esta região, quase desde sempre muito concorrida pela sua riqueza paisagística, desde os inícios da década de 80, concentrou em si um novo fenómeno de atracção que passa(va) pela aquisição/construção de habitações em propriedades inseridas ou no Parque Nacional (casas de montanha) ou em terrenos de confrontação com a Barragem.

São já poucas as propriedades habitadas em confrontação com a Barragem por moradores no concelho, tendo-se transformado este parque habitacional em casa de segunda habitação.

³ Quando nos referimos a “rigidez” da referida classificação e qualificação do solo, pretendemos realçar que com a entrada em vigor deste tipo de planos e este novo modelo de ordenamento do território passámos a identificar bolsas de terreno com ou sem possibilidade de construção bem como os restantes usos que se podem atribuir ao solo. O solo, propriedade privada ou pública ficou assim, cingida a usos remetidos por planeadores que retiraram e atribuíram novos direitos aos proprietários, agora, direito de propriedade não se identifica com direito de construção. Isto revelou, grandes desigualdades que, embora por força de um território mais pensado, restringe em muitos aspectos a evolução dos territórios e levou a uma desvitalização do espaço Rural.

EVOLUÇÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS E NATURBANIZAÇÃO

Em Portugal tem-se assistido a um esvanecer da primazia da habitação em zonas rurais. Da sociedade agrícola e pobre que outrora era promovida, tudo mudou.

Seguindo o processo de globalização mundial, as zonas rurais deparam-se agora com o grave problema da desertificação e que tem implicado grandes investimentos para revitalizar de novo estas áreas.

Por outro lado, temos regiões Portuguesas que, devido a dois fenómenos; a nova proximidade promovida pelas acessibilidades e a nova força de expansão das cidades que, tem criado novos padrões de crescimento urbano, em que se aglutinam as zonas rurais limites da cidades. Este facto minimiza, cada vez mais, as diferenças entre meio urbano e o rural.

Na realidade, ao debruçarmo-nos sobre a questão da evolução dos territórios rurais e urbanos e a sua relação, obtemos diferentes respostas como as lançadas por e contrárias teses de um território *completamente urbanizado* lançada pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1970), e a hipótese de *um renascimento rural*, contraposta pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser (1972).

Neste contexto de globalização e de vários modelos diferentes de evolução do território, é difícil prever qual das anteriores hipóteses terá mais correspondência.

Pouco se sabe sobre os novos critérios que permitiriam descrever, de forma mais adequada, os diversos sistemas de evolução do território e seus correspondentes graus de habitabilidade.

Em conformidade com as evidências extraídas da experiência da evolução do território Português e Europeu, surgem novas maneiras de habitar o território, identificando-se estes novos conceitos na descrição da habitação do território.

A realidade é que, perante a etapa da actual força de globalização, a ruralidade não desapareceu, nem renasceu. Nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais forte a atracção pelos espaços rurais (casa de segunda habitação, o turismo rural) em todas as sociedades mais desenvolvidas.

Mas esse é um fenómeno novo que pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atracção que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade e urbanidade da população, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais.

“A cidade e o campo se casaram: enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza.” (VEIGA, 2004).

É nesta perspectiva que a nova vivência dos espaços rurais tem encontrado uma nova vitalidade e que em função da distância ou acessibilidades varia entre um factor de casa/trabalho, casa/segunda habitação.

IMPLICAÇÕES NEGATIVAS DA NATURBANIZAÇÃO

Podemos identificar duas vertentes negativas e contraproducentes no espaço Rural, o crescente abandono e a intensificação da sua procura.

Passemos então a explicar: embora, por um lado, se assista a um crescente abandono dos espaços Rurais e que tem levado à precariedade do uso do solo com problemas de desertificação e abandono dos terrenos, por outro, existe, cada vez mais, uma crescente procura destes locais para usufruto como espaço de lazer e recreio.

Ao nível do primeiro aspecto, as principais implicações criam-se com a precariedade das zonas rurais e o abandono dos terrenos como minifúndio do Minho, às propriedades vinhateiras do Douro ou herdades do Alentejo, descaracterizando os espaços rurais e, cada vez mais, o território português, fruto da forte aglomeração da faixa litoral Viana - Setúbal.

Ao nível do crescimento e intensificação da nova pressão urbanística, pelo factor da sua localização ou pela qualidade ambiental, tem também implicações negativas, pois, origina necessidades não previstas para estes espaços como sejam a essencial falta de infra-estruturas e equipamentos, não só pela criação de espaços urbanos e urbanizáveis, como pela revitalização das habitações existentes.

SÍNTESE

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma mudança das dinâmicas urbanas. Hoje em dia, existem cada vez maiores preocupações com a qualidade ambiental e a tentativa de aliar essa qualidade com espaços constituídos por equipamentos de saúde, lazer e educação que possam servir as populações fora das grandes urbes e, geralmente, localizadas na zona periurbana ou, a uma distância que não seja inibidora do movimento casa-trabalho-casa.

Assim, os aspectos de infra-estuturação, rede viária, entre outros, têm causado cada vez maiores evoluções e levam a uma maior mobilidade de pessoas e bens.

Dentro destas transformações temos visto a degradação e abandono do espaço rural e agrícola a favor dos grandes centros urbanos, ocorrendo três grandes mudanças: depreciação da actividade agrícola, perda de população e uma terceira, mais recente, a atractividade destes espaços para construção, devido a serem zonas de uma qualidade de vida mais relaxante e associada ao Turismo.

Isto levou a uma mudança de sentido da pressão das zonas habitacionais voltando-se para estes espaços rurais, este processo começou a ser denominado de Contraurbanização.

O processo de Contraurbanização é apontado por Berry (1976) como um processo de descentralização da população, que envolvia uma mudança de movimentos de população, anteriormente do campo-cidade, agora no seu inverso: da cidade-campo.

O processo da Naturbanização começou, assim, por ser denominado de Contraurbanização num trabalho desenvolvido por Berry em 1976 e 78 e Champion 1989.

Este novo fenómeno é apontado por alguns autores como “o da cidade desconcentrada” pois, “caracteriza-se pela dispersão no espaço da população urbana, entendendo por tal a que não se encontra funcionalmente vinculada às actividades próprias das áreas rurais, ou seja, a população que reside nas áreas rurais e que não se encontra ocupada nas actividades agrárias” (FERRÁS, 2000).

Apenas uma parte da área rural é afectada pelo movimento da população cidade-campo, pois, apenas algumas pessoas são atraídas pelo fenómeno dos valores naturais da paisagem.

Analisando o processo da “Naturbanização” é importante reflectir no potencial do desenvolvimento rural, especialmente na relação da manutenção das actividades agrícolas e na conservação da paisagem. O somatório destes factores e as relações de atractividade da população para as áreas rurais possibilitam o estabelecimento de critérios para identificação de áreas que podem actuar como pontos fulcrais de imigração devido ao processo da Naturbanização e que, devido a esse facto, são mais valorizadas.

III – EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E LEGAL EM PORTUGAL

INTRODUÇÃO

Para que se compreenda na prática os novos fenómenos de “habitar” o território como os indicados pelos indícios da Naturbanização e Contraurbanização, é necessário compreender de que maneira legal e histórica se foi habitando e ocupando o território.

Só conhecendo as regras que ditaram e ditam o usufruto do solo e as regras de edificação, se pode, *a posteriori*, identificar e avaliar mudanças destes padrões bem como as novas tendências de urbanização. Outro ponto importante é o de conhecer a zonalidade do território para se perceberem as diferenças e incompatibilidades com o actual modelo organizativo defendido pela Política de Ordenamento do Território que eles transmitem.

Neste momento, a cultura urbanística contemporânea enfrenta algumas dificuldades na construção dos modelos de planificação do território, porque, por um lado, se continua a privilegiar os investidores, a política e a gestão municipal em detrimento das condições inerentes que o território indica. Por outro lado, existe da parte dos planeadores/urbanistas, do ponto de vista disciplinar, nova capacidade para enfrentar os problemas do novo quadro de Ordenamento do Território.

Os mesmos técnicos que antes procuravam responder através da planificação a problemas essencialmente urbanos, têm agora novos problemas com a criação de cenários em que se pretende globalizar, gerir recursos e impedir a desertificação de territórios.

O dinamismo que tem caracterizado a maior parte do território, designadamente, as migrações interior-litoral, aldeia-cidade e a crescente procura actual da periferia e “nova descentralização” cidades-meio rural envolvente, evidenciam-se, como razões poderosas para considerar a necessidade da reestruturação das políticas urbanísticas, ambientais, paisagísticas e sócio-culturais com vista a novas políticas nacionais

Muito destes factos, prendem-se com a crescente globalização da economia e o desenvolvimento das tecnologias da informação que têm vindo a provocar grandes transformações nos espaços humanizados, favorecendo assim processos que até então não existiam.

Os fluxos de informação e as relações que ligam as pessoas muito para além da escala urbana propiciam a fragmentação e a descaracterização dos espaços urbanos. Paradoxalmente, este processo de globalização económica e de fragmentação do espaço urbano tende, por outro lado, a reforçar as especificidades locais. O processo de competição, a diversos níveis, mundial, nacional, regional e local, favorecerá, não só as regiões que ofereçam melhores acessibilidades, sistemas de transporte, tipologias de habitação, de serviços e de equipamentos, mas também aquelas que, a par destas condições, ofereçam algo culturalmente específico, algo que as diferencie das restantes, enfim, algo que seja singular.

Este dinamismo territorial, acarreta consigo novas tendências de urbanização, mas que encontram muitas vezes impedimentos de viabilidade perante os modelos legais existentes.

A existência de fenómeno da Naturbanização não implica em si, a adopção de um novo quadro legal (PRADOS, 2004), que permita edificar nas áreas protegidas como o PNPG, pois, se existe atracção por estes locais é exactamente, pelo seu carácter protegido. Um aumento da concentração populacional pode mesmo ser prejudicial para a zona e para a atracção das pessoas que pretendem aqui fixar residência. Além disto, quanto mais, forem os habitantes mais, impactes são trazidos à zona.

A percepção destes fenómenos não tenta, assim, influenciar as figuras legais para que se permitam este tipo de “pressão”, delapidando a riqueza e o protecção das áreas protegidas.

Em seguida, apresenta-se uma resenha histórica e as principais influências urbanísticas e legais em Portugal, qual o seu panorama actual e as perspectivas de mudança, bem como de que forma o padrão de ordenamento territorial influencia a avaliação da Naturbanização.

RESENHA HISTÓRICA E PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS URBANÍSTICAS

Em Portugal as principais influências urbanísticas chegaram um pouco mais tarde, que no resto da Europa, estando à margem do debate Internacional sobre o urbanismo, sendo que as políticas de organização do território se deram já em meados do século passado.

Talvez aquele que ainda hoje é o mais reconhecido pelos seu esforços de promoção do urbanismo em Portugal seja o Eng. Duarte Pacheco que sempre salientou a necessidade de desenvolver em Portugal o ensino do Urbanismo, mas que infelizmente não foi entendido pelas Universidades até bem tarde, o que enfraqueceu o desenvolvimento urbano e urbanístico em Portugal, tendo de recorrer muitas vezes ao exterior, como no caso da Câmara Municipal de Lisboa, que como principal pólo urbano do País, teve de recorrer à intervenção de urbanistas, internacionalmente reconhecidos, tais como Alfred Agache ou Etienne de Gröer.

Enquanto ao nível de políticas urbanas e de mecanismos urbanísticos Portugal sentia lacunas, iam nascendo novos modelos como do outro lado do Atlântico surge com PERRY a ideia de "Unidade de Vizinhança" herdeira do conceito de Cidade-Jardim, tendo surgido diversas ideias derivadas deste conceito como a Unidade de Vizinhança de Clarence Stein ilustrada nos "Anéis de Redburn", e o Plano Nucleado.

Os seis princípios básicos que, em 1926, Perry enunciava na sua "Teoria da Vizinhança" eram:

1. As artérias principais e as vias de acesso não devem atravessar os bairros residenciais. Estas ruas devem antes funcionar como limites da unidade de vizinhança.
2. O traçado e a construção das ruas internas deve prever becos-sem-saída, projectados em curva, com pavimentos ligeiros, de forma a proporcionar um tráfego tranquilo e pouco intenso, preservando assim o ambiente residencial.
3. O ponto de convergência da unidade de vizinhança deve ser a escola básica localizada no centro, em espaço verde, perto de outras instituições cujas áreas de serviço correspondem aos limites da unidade de vizinhança.

4. A população da unidade de vizinhança deve restringir-se ao necessário para assegurar o funcionamento da sua escola básica (quando Perry formulou a sua teoria a população rondava os 5000 habitantes, mas o tamanho actual médio de uma escola básica baixaria estes números para 3000-4000 habitantes).
5. As unidades de vizinhança devem ocupar aproximadamente 60 hectares, com uma densidade de 25 famílias por hectare. O seu traçado deve permitir que nenhuma criança tenha de percorrer mais de 800 metros até à escola. Apesar de haver outras considerações que afectam as dimensões de uma unidade de vizinhança, a capacidade escolar e a acessibilidade a pé à escola e a outros equipamentos colectivos, são os factores mais importantes na determinação da sua área.
6. A unidade deve dispor de áreas comerciais, serviços religiosos, uma biblioteca pública e um centro comunitário nas imediações da escola básica.

A Unidade de Vizinhança de Clarence Stein baseia-se nos seguintes princípios:

1. Escolas e parques apropriados num raio de 800 metros de percurso pedonal.
2. As artérias principais na periferia do unidade de vizinhança e não atravessando-a.
3. Separação entre as áreas residencial e não-residencial.
4. População suficiente para assegurar o funcionamento de uma escola básica, normalmente entre 5 e 10 mil habitantes.
5. Algumas lojas e serviços de bairro.

A partir da década de 80, surge nos Estados Unidos uma nova corrente, o "Neo-Tradicionalismo" e depois "Novo Urbanismo", que assume-se como uma reacção à paisagem construída dos subúrbios, com duas componentes principais: uma, a integração, nos aglomerados habitacionais, de locais de trabalho num centro local, acessível a pé; outra, mais arquitectónica, a substituição do modelo seriado de habitação por modelos individualizados, buscando inspiração formal nos modelos tradicionais da região.

Em Portugal e com as mudanças trazidas ao urbanismo pela 2.^a Guerra Mundial, a partir dos meados do século passado, gerou-se um novo meio de construção “construção das cidades instantâneas”, movimento que tinha surgido nos Estados Unidos da América por volta dos anos 40, este novo modelo advinha da forte especulação imobiliária.

Esta forte especulação imobiliária acabou por trazer fortes problemas à implementação de um “Bom Urbanismo”, pois a crescente pressão de urbanizar para acolher as pessoas que deixam os espaços rurais para a cidade, em busca de melhores condições de vida, levou ao crescimento desmesurado e esta pressão de construção de grandes investimentos financeiros levaram muitas vezes a rodear e contornar as restrições de planeamento, dirigidas ao bem comum.

As características mais evidentes desta pressão deram, assim, azo aos seguintes problemas:

- esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de "terciarização", de desertificação, de abandono e degradação;
- processo acelerado de degradação de património edificado, em vastas zonas do "casco" urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana (vd. impacto das opções tomadas, há décadas, quanto ao regime de arrendamento urbano, sem acautelar medidas de conservação dos imóveis);
- intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;
- segmentação etária do espaço das Grande Lisboa e do Grande Porto, com os "centros" destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para "coroas suburbanas" cada vez mais distantes;
- crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;

- degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado.”

O Ministério do Ordenamento do Território e das Cidades, criou nos finais do século passado o Programa Polis e que, ainda hoje, decorre em algumas cidades, estabelecendo princípios e programas para nas principais cidades, Évora, Guarda, Viana do Castelo, entre outras, promover acções de recuperação de espaços. Alguns dos elementos mais importantes deste programa é o de revitalizar os centros históricos e correcção de erros urbanísticos gerados nestes últimos anos de desprendimento urbano.

No entanto, a grande influência para o urbanismo contemporâneo em Portugal, como foi verificado, deu-se com a entrada de um novo ciclo democrático em Portugal, que a partir da década de 80, do século passado, através do Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio, que cria a figura do PDM e através da Portaria n.º 989/82, de 21 de Outubro, que especifica o seu conteúdo técnico.

Destaca-se neste período o surgimento da figura legal do PDM e o meritório trabalho do ministro do Planeamento e Ordenamento do Território, Eng. Valente de Oliveira, passando-se da exposição da necessidade desta figura (década de 80) para a obrigatoriedade da sua elaboração (década de 90). O carácter obrigatório de execução destas figuras não foi logo visível, em 1992, encontravam-se apenas oito PDM ratificados, dos quais um já era ao abrigo do DL n.º 69/90 (LOURENÇO, 1997).

É através desta obrigatoriedade que o País passa a dispor de cobertura territorial praticamente a 100% por uma figura legal, que tem carácter vinculativo para os particulares e sector público, de regras de ordenamento ou zonamento do solo.

Este ordenamento e zonamento exerce, assim, um factor limitante da uso do solo de propriedade privada porque são a partir deste período do início da década de noventa considerados diferentes tipos de solo e diferentes regras de edificação, geridas por uma figura legal de ordenamento municipal, que transpõe indícios de políticas nacionais.

Neste contexto, afigura-se importante conhecer os mecanismos de zonamento para perceber as diferenças nos padrões das pressões urbanas das últimas décadas.

RESENHA HISTÓRICA E PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS LEGAIS

Podemos afirmar que em Portugal, até 1775, a gestão urbanística se cingia a regulamentos municipais e que eram controlados pela figura do Corregedor, que as deviam fiscalizar e anular, caso não respeitassem as leis ou prejudicassem o interesse público (CONDESSO, FERNANDO, 2005).

No século XIX aponta-se o nome de Fontes Pereira de Melo, um dos mais importantes movimentos de prática do Urbanismo que, depois do grandes períodos de instabilidade vivida em Portugal e com significativo atraso quanto à revolução industrial, vem definir parâmetros essenciais para uma política de desenvolvimento, com preocupações ao nível dos elementos estatísticos e do cadastro dos Terrenos (COSTA LOBO; 2001).

O primeiro código administrativo Português aparece em 1836; sendo que as grandes preocupações explanadas neste regulamento, prendiam-se, com a salubridade das povoações, ruas, praças, segurança das edificações e a ordem do trânsito.

Segue-se uma fase bastante instável e dinâmica na evolução do Código Administrativo (ver anexos), em que as divisões e corpos administrativos vão mudando rapidamente até à implementação da República, só encontrando alguma estabilidade devido ao regime ditatorial de Salazar que perdurou até 25 de Abril de 1974. Podemos denominar este período pós 25 de Abril de 1974, como o período de amadurecimento da principais Leis Administrativas e de Ordenamento Territorial, embora tenham havido algumas tentativas, para já falhadas, de novos modelos de gestão territorial, através da Regionalização.

Essencialmente devido à ditadura, o carácter rural da sociedade Portuguesa, alongou-se até ao início da década de oitenta, pelo que, assistimos a um número escasso de leis que regulam o uso do solo, principalmente, em espaços mais rurais, pois, existia uma fraca dinâmica urbana.

A PRAXIS LEGISLATIVA EM PORTUGAL

É a partir do século XX, após a II Guerra Mundial, que o Ordenamento do Território⁴ surge com maior vigor, devido à necessidade de planear, de ordenar o território e as cidades até então destruídas. Contudo, as primeiras formas de Ordenamento prendem-se com a organização habitacional das primeiras civilizações da era da História (PARTIDÁRIO, 1999).

Em Portugal, exceptuando-se a necessidade induzida pelo terramoto de 1755 (onde a reconstrução da Baixa Pombalina fez com que o direito jurídico Urbanístico desse os primeiros passos em Portugal), podemos enunciar que, devido à falta de uma necessidade premente de planear como a da I ou II grande Guerra, o Direito de Urbanismo surge “...*crescendo ao sabor de iniciativas dispersas e sem preocupação de assegurar a coerência das suas diversas expressões normativas...*” (GONÇALVES, 1989),

Depreendemos, assim, o carácter tardio com que o País se preocupou com esta temática, principalmente a nível municipal.

Embora existam já referências às figuras de plano urbanístico consagradas na lei como o **Plano Geral de Melhoramentos** (1864); o **Plano Geral de Urbanização** (1934) e **Expansão** (1944); **Anteplano de Urbanização** (1946); **Plano Geral de Urbanização** (1971); **Plano de Pormenor** (1971), só em 1982 (Decreto Lei n.º 208/82, de 26 de Maio), os municípios passaram a controlar, de uma forma planeada, todo o seu território, com a figura do **Plano Director Municipal**.

⁴ **Ordenamento do Território** – Resultado da implementação espacial coordenada das políticas económicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade e é simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto.

Deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais, dentro destes, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários sectores e níveis da administração e competências do território. Deve também, ter em atenção a especificidade dos Territórios, as diversidades das suas condições socio-económicas, ambientais, dos seus mercados, auxiliando todos os factores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível (**Carta Europeia do Ordenamento do Território, 1984.**)

Panorama Actual

No Estado de Direito em que vivemos são pertença do **Estado**, várias competências fundamentais, que servem de base para a vivência das pessoas e organizações que o compõem.

Destas competências e atribuições destacámos o Ordenamento do Território e Urbanismo e o conjunto de normas jurídicas que foram surgindo naturalmente desde a constituição das primeiras preocupações com o reger e ordenar a vivência das pessoas, surgindo assim a política e o direito do Urbanismo.

“O Direito do Urbanismo é, justamente, o conjunto de regras jurídicas que disciplinam quer a actuação dos proprietários do solo, no que diz respeito ao modo e alcance do exercício do seu direito de propriedade sobre qualquer parcela de solo ou construção, quer a actuação das autarquias locais (municípios) na organização e planificação do espaço dentro da sua área de exercício de autoridade, quer até no que diz respeito ao cumprimento de determinadas regras básicas consideradas fundamentais para a existência de um ambiente equilibrado.

A política urbanística, consiste na política pública sectorial definidora dos objectivos e dos meios de intervenção da Administração Pública no ordenamento racional das cidades, na sua expansão e renovação”, (site do urbanismo, ver referência).

É orientação do sistema juridico-político, promover o seguinte conjunto de princípios e regras jurídicas inseridas em quatro áreas distintas:

- Planeamento territorial, ou regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, que estabelece a tipologia dos planos (de âmbito municipal, regional ou nacional), o seu conteúdo, respectivo procedimento de elaboração, sua eficácia e formas e meios de programação do desenvolvimento da gestão urbanística;
- Regime jurídico da propriedade do solo, que consagra o regime de uso do solo e determina a sua classificação entre rural e urbano e que poderá, eventualmente, ficar sujeito a um regime de restrições e condicionamentos

determinados por razões de interesse público (Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, áreas protegidas ou preservação do património histórico, por exemplo), estabelece normas respeitantes aos direitos e deveres dos proprietários, o direito da construção de edifícios, regime de expropriações e estabelecimento do direito de preferência na aquisição de prédios, quer estes sejam rústicos, quer urbanos;

- Gestão urbanística, sistema de execução dos planos, regime de associação urbanística, aos acordos inter-administrativos ou com particulares;
- Fiscalização e sancionamento administrativo que tem por objectivo o bom cumprimento das leis e regulamentos urbanísticos, bem como o cumprimento das licenças e autorizações concedidas, seja em termos de conteúdo, seja de prazos, e caso se detectem infracções urbanísticas a aplicação das correspondentes penalizações.

SITUAÇÃO LEGISLATIVA ANOS 90

A Constituição refere no seu n.º 4 do art. 65.º, quanto à “Habitação e Urbanismo”, que *“O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo...”*

Em cumprimento deste princípio básico, o Estado, através da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases de Ordenamento do Território e Urbanismo – LBOTU), veio definir o quadro da Política do Ordenamento do Território, identificando os seus fins, objectivos e princípios gerais, criando aquilo a que chamou de *“Sistema de Gestão Territorial”*, no qual se enquadram todos os instrumentos de gestão territorial ali previstos.

Quadro n.º 1 – Quadro legal da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo:
Lei 48/98, de 11 de Agosto – Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo;
Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;
Decreto-Lei 53/2000, de 7 de Abril – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (altera o art. 157º do DL 380/99, de 22 de Setembro);
Decreto-Lei 310/2003, de 10 de Dezembro – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (altera o DL 380/99, de 22 de Setembro e republica-o na íntegra).

Nota: Podemos ainda referir o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, que surge com uma preocupação quanto ao conteúdo técnico e ao processamento dos diversos P.M.O.T'S, pois denotava-se uma falta de articulação entre eles. Este decreto vem reorganizar as anteriores figuras de jurídicas de incidência municipal oriundas da década de 70 e 80 (Planos Gerais de Urbanização, Planos de Pormenor e Planos Directores Municipais).

É com este decreto que as figuras que hoje conhecemos como Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor tomam forma.

Estes planos abrangiam assim o seguinte:

Plano Director Municipal – Todo o território concelhio;

Plano de Urbanização – Áreas Urbanas, Urbanizáveis ou urbanizáveis intermédias;

Plano de Pormenor – Incidiam com detalhe sobre áreas sujeitas a P.U.

A LBOTU entrou em vigência em 10 de Setembro de 1998, estabelecendo vários descritores como o: Planeamento e Ordenamento do Território, Ordenamento da Paisagem, Planeamento e Ordenamento Urbano, Plano de Ordenamento do Território, versando sobre três ramos do direito; Direito do Ambiente, Direito do Ordenamento do Território e o Direito do Urbanismo.

A Lei de Bases de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) cria uma gestão hierárquica para o desenvolvimento da gestão territorial de três âmbitos:

- Nacional;
- Regional;
- Municipal.

A LBOTU no seu artigo 4º estabelece a obrigação do Estado e autarquias promoverem políticas concertadas de ordenamento e urbanismo.

Os princípios e objectivos gerais da política de ordenamento do território estão estabelecidos no artigo 5º e 6º, da mesma lei.

A natureza e caracterização dos instrumentos de planeamento territorial estão presentes no artigo 8º, alínea b) e no artigo 9º, n.º 2 da LBOTU, sendo estes instrumentos posteriormente regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

A LBOTU estabelece, também, o direito da informação dos particulares tanto nos procedimentos de elaboração e alteração, como após a publicação dos instrumentos de gestão territorial, que inclui a consulta, aquisição de cópias e obtenção de certidões referentes ao próprio processo. (artigo 12º da Lei 48/98 de 11 de Agosto).

Quadro n.º 2 – Hierarquização das figuras de Plano

Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território Planos Sectoriais Planos Especiais de Ordenamento do Território
Regional	Planos Regionais de Ordenamento do Território
Municipal	Plano Intermunicipais de Ordenamento do Território Plano Director Municipal Plano de Urbanização Plano de Pormenor

O Decreto-lei 380/99, de 22 de Setembro veio estabelecer o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial assim como a sua execução e programação.

De acordo com a LBOTU o Decreto-lei 380/99, de 22 de Setembro define a coordenação dos âmbitos Nacional, Regional e Municipal (Decreto-lei de Lei 380/99, de 22 de Setembro, artigo 2º).

Este decreto-lei delimita as responsabilidades do Estado, das autarquias locais e dos particulares relativamente a um modelo de ordenamento do território a seguir face as novas perspectivas de desenvolvimento do País.

O presente diploma procede também à definição do regime aplicável aos instrumentos de gestão territorial criados ou reconduzidos ao sistema pela lei de bases, bem como, no que respeita aos instrumentos já existentes, à revisão dos regimes vigentes.

É também alargado o “poder” dado às populações, pois permite agora uma “participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, quer na vertente da intervenção, assegurada ao longo de todo o procedimento, quer na vertente da divulgação, alargando-se o dever de publicitação, designadamente através da comunicação social, das decisões de desencadear os processos de elaboração, alteração ou revisão, da conclusão das diversas fases e teor dos elementos a submeter a discussão pública, das conclusões desta bem como dos procedimentos de avaliação.”

ALTERAÇÕES E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

Das principais modificações que se fizeram no decorrer da última década do século passado (ainda bastante recentes), tem-se caminhado para a modificação e novas práticas do Urbanismo e do Ordenamento do Território, sendo muitas dessas preocupações com novas metas na protecção e consciencialização ambiental e da desburocratização dos processos, tornando-os mais rápidos e transparentes, utilizando, agora, como ferramenta a Internet e a comunicação digital.

Com isto, tem-se criado algumas modificações e nos últimos tempos tem sido bastante frenética a criação de nova legislação e criação de novas e variadas competências para organismos mais descentralizadores do Estado, como sejam as Câmaras Municipais.

Fica em seguida uma breve descrição da mudança promovida na política do Ordenamento Territorial e Urbanismo dos quais se destacam a entrada em Vigor do novo PNPT e dos PROT e PROF's, documentos orientadores da política municipal de Ordenamento do território.

Nível Nacional

Passados quase dez anos da entrada em vigor da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU), **Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto**, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, esta sofre uma primeira alteração, Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto, onde se procede à alteração de 4 artigos,

essencialmente ao nível das novas regras de aprovação de planos municipais, mudanças de acordo com o processo do Simplex⁵.

Em consonância com o defendido na LBOTU e, depois de alguns anos sem execução deste documento, entra em vigor o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), **Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro**.

Consoante o artigo n.º 1 alínea 2ª “O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.”

O PNOPT transcreve assim a posição do País no contexto ibérico, europeu e mundial, identificando os principais problemas, as condicionantes, as tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal, e estabelecendo uma lista dos 24 principais problemas para o ordenamento do território, que fundamentam as opções e as prioridades da intervenção em matéria de ordenamento do território, e procede ao diagnóstico das várias regiões, fornecendo opções estratégicas territoriais para as mesmas e estabelecendo um modelo de organização espacial.

Estabelece também a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, organizado as tarefas outros instrumentos estratégicos, dos quais o novo Quadro Comunitário, **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** para o período de 2007 a 2013, através da “definição de orientações gerais, de um conjunto articulado de objectivos estratégicos, que se desenvolvem através de objectivos específicos e de medidas prioritárias, e prevê a coordenação da gestão territorial”.

Destacam-se como principais estratégias de desenvolvimento do País os grandes investimentos a promover como: Comboio de Alta Velocidade, o Portugal Logístico, entre outros.

⁵ O SIMPLEX – Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa, surge para objectivar o reforço da eficiência dos processos de ordenamento do território, constitui, assim, um programa do governo para acelerar a operatividade do sistema de gestão territorial.

Nível Regional e Nível Local

Não só a nível nacional se procederam modificações, estas, foram ricas e variadas, quer ao nível regional, quer local.

Desde alterações do regime geral de edificação e urbanização (RGEU) com o Lei n.º 60/2007 que republica o decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, até às alterações promovidas ao decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que sofre duas novas alterações, a Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, que estabelece a quarta alteração a este decreto-lei e o Decreto-Lei n.º 316/07, de 19 de Setembro, que altera e republica, pela segunda vez, este decreto. Estas alterações prendem-se, mais uma vez, com a conformidade com o Simplex.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E SEUS CONTRIBUTOS PARA AVALIAÇÃO DA NATURBANIZAÇÃO

A entrada em vigor da obrigatoriedade dos PDM e com o estabelecimento da LBOTDU, o carácter obrigatório de elaborar planos e figuras de ordenamento, de forma a estabelecer estratégias e maior transparência e rigor ao ordenamento, padronizou-se um “modelo de planeamento” para todo o território nacional. Ao contrário do que se fez durante décadas, as regras de edificação do solo mudaram, agora planeia-se “desenha-se” a estratégia para depois, permitir, segundo classes e tipos de solo, a edificação e restantes actividades

A lei estabelece dois tipos de solo: i) Solo Urbano, ii) Solo Rural, determinando as regras de edificação, tais como: cêrceas, volumetria, índices de ocupação, distâncias, entre outras. Isto faz com que haja uma aglomeração nos espaços urbanos onde é permitido edificar, assim, logo à partida, pressões de edificação fora destes perímetros fogem ao modelo clássico defendido nestas últimas décadas.

Com um carácter ainda mais rigoroso e proteccionista figuram as zonas Protegidas como os Parques Nacionais e Naturais, onde os espaços para edificação são extremamente condicionados aos existentes.

Este modelo de organização territorial é associado ao abandono do espaço rural, pois, levou a concentrações da população que, por sua vez, foram desabitando o território. As premissas deste modelo de organização são, agora, contrapostos por novas pressões urbanas.

Assiste-se a novas mudanças, novas pressões sobre o território, identificadas com um êxodo urbano que procura agora fixar residência em áreas mais rurais. Estas áreas rurais, fruto do desenvolvimento económico-social e do factor “aldeia global”, contam agora com infra-estruturas e equipamentos atractivos para a população.

Conhecendo então as regras e o carácter de organização espacial do modelo legal nacional, surgem as dúvidas evidenciadas por estas novas tendências de uso do solo.

SÍNTESE

Existe uma tendência histórica e legal de “habitar” o território que principalmente se apoiam nos princípios da urbanização por aglomerados populacionais ou por pequenas aldeias. No entanto, sabemos que dentro desta zonalidade de habitar o espaço global, existem diferenças. A região do Minho tem a sua própria maneira de habitar o espaço, bem contrastante com o restante do País e que assenta numa ocupação dispersa.

Para que se perceba e possa avaliar os fenómenos da Naturbanização e Contraurbanização perante o modelo clássico de habitar é importante que se conheça a forma legal da habitar o espaço ditada pelos instrumentos e leis de Ordenamento do Território.

No âmbito dos instrumentos legais que regulamentam os PMOT verifica-se que a legislação em vigor, apesar de estabelecer princípios reguladores dos processos de planeamento que orientam o desenvolvimento dos municípios portugueses, apresentam ainda algumas lacunas.

As alterações promovidas pelo decreto 316/07, de 19 de Setembro, introduzem as necessárias mudanças de carácter operacional e técnico que, neste momento, agilizam a execução dos vários instrumentos de Gestão Territorial, no entanto continua em falta alguma consonância entre as várias figuras de Planeamento.

Neste contexto, o Programa Nacional de Ordenamento do Território dá um contributo muito significativo para a alteração deste panorama, contudo ainda não entraram em vigor os Planos Regionais de Ordenamento do Território, tão necessários para versar indicações nos PMOT's.

No que concerne aos Planos Directores Municipais regista-se a falta de regulamentação mais específica, ao nível da definição das classe de espaço a integrar em cada uso básico do solo, definição e obrigatoriedade dos estudos de acompanhamento, regulação das categorias profissionais dos técnicos envolvidos, inexistência de normas de homogeneização para as peças cartográficas.

A actual estrutura administrativa portuguesa associada à inviabilização do processo de regionalização condiciona a articulação das várias entidades envolvidas no processo de planeamento.

IV – A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

INTRODUÇÃO

O carácter pioneiro da pesquisa de tendências de Naturbanização através da avaliação dos pedidos da Audiência Prévia do PDM implica a utilização de SIG. Esta informação adicional sobre o território e sobre a tipologia da pretensão de mudança de uso do solo não urbanizável, fornece novos “inputs” que correlacionados com as dinâmicas demográficas permite avaliar onde, como e de que maneira se pretendia construir, proteger e habitar. Esta possibilidade acrescida de diferenciação de intenções de urbanização decorre da utilização de técnicas de caracterização e diagnóstico através dos Sistemas de Informação Geográfica que evidenciam com processamento automático a especificidade das “pressões” através do seu carácter posicional (localização, X, Y, Z).

Os Sistemas de Informação Geográfica permitem também, utilizar o seu potencial de análise espacial, respondendo em detalhe às questões levantadas pelos novos fenómenos como: onde se localizam, porquê desta localização em função de critérios previamente estabelecidos, relação com o espaço físico e com as diversas variáveis socio-económicas.

Hoje em dia esta ferramenta é já muito usual por quem trabalha o território, desenhando-se modelos por temáticas muito diferenciadas e que procuram caracterizar o território em análise, designadamente através de técnicas de *clip*, *buffer*, *join* e *queries*. Uma metodologia passível de ser adoptada para avaliação das tendências de Naturbanização e/ou de Contraurbanização pode ser conseguida através da análise espacial utilizando fundamentos de análise multicritério.

Neste capítulo, é analisado o surgimento do conceito de SIG, a sua aplicação como ferramenta do quotidiano pelos técnicos urbanistas/planeadores no âmbito das análises espaciais e que contributos podem ser retirados desta ferramenta para avaliação da Naturbanização.

SURGIMENTO E CONCEITOS DE SIG

A utilização da cartografia digital surgiu com a nova era da informática e do usufruto dos computadores. A exemplo de outros fenómenos de difusão de tecnologias inovadoras, também ao nível da cartografia este progresso se fez sentir de uma forma rápida, existindo cada vez mais programas capazes de criar e gerir cartografia digital, disseminando-se a utilização extensiva dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

O surgimento dos SIG pode ser referenciado à década de sessenta, mais concretamente em 1963, através de Howard Fisher (Arquitecto e Urbanista) e Roger Tomlinson (Geógrafo).

Para além destes esforços iniciais há quase meio século, só posteriormente na década de oitenta a tecnologia SIG conhece um crescimento impetuoso e diversificado que ainda se mantém nos dias de hoje. Em Portugal, a entrada dos SIG deu-se mais tardiamente, em meados da década de 80, embora o grande marco seja a criação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) em 1995. O SNIG foi concebido como um sistema de informação acessível a todos através da Internet. Este sistema foi criado ao mesmo tempo que o Centro Nacional de Informação Geográfico (CNIG), sendo esta a entidade responsável pelo seu desenvolvimento e coordenação.

Previa-se que o SNIG viesse a ser constituído por sete núcleos regionais (as cinco Comissões de Coordenação Regional e as duas Regiões Autónomas) e por núcleos locais (algumas Autarquias seleccionadas pela sua pró-actividade, massa crítica e localização estratégico-geográfica). Todos estes núcleos estariam ligados em rede com os produtores de informação gráfica e estatística (Machado, 2000), sendo o núcleo de ligação o CNIG. Devido à mutação rápida de *hardware* e *software*, optou-se por tornar a informação acessível a todos os utilizadores e neste sentido, em 1999, foi concebido o portal GEOCID, onde o cidadão pode ter acesso a informação geográfica útil para o dia-a-dia.

Tomlin (1990) define SIG como “um recurso para preparar, apresentar e interpretar factos relativos à superfície da Terra” ou, em sentido mais lato, “uma configuração de *hardware* e *software* desenvolvida especificamente para a aquisição, manutenção e utilização de dados cartográficos”. Outra definição mais detalhada de SIG é apresentada pela ESRI (1998) onde definem SIG como “um conjunto organizado de *hardware*, *software*, dados geográficos e de pessoal, destinados a eficientemente obter,

armazenar, actualizar, manipular, analisar e exibir as formas de informação geograficamente referenciadas”.

APLICAÇÃO DE SIG

Os SIG podem ser aplicados em diversas áreas de trabalho desde a gestão, ambiental, o ordenamento do território, a logística entre outros diversos temas. Actualmente, transformaram-se até numa ferramenta usual do quotidiano da população, em áreas como a da navegação por GPS (veículos) ou na consulta na Internet de mapas turísticos ou de usos do solo possíveis e gestão urbana do território.

Obviamente, os SIG podem ser usados de diferentes modos, dependendo da formatação exigida pelas áreas de trabalho, podendo ser identificadas duas utilidades distintas para os mesmos: *i)* SIG para pequenas operações de cartografia e consultas e *ii)* SIG de apoio à decisão.

Efectivamente, os SIG têm evoluído consoante evolui a tecnologia, o que permitiu o alargamento das temáticas e, conseqüentemente, das áreas de trabalho a que eles estão afectos. Cada vez mais, os SIG são utilizados não só como uma ferramenta simples de representação cartográfica, mas também se têm imposto como um novo método de combinação de dados de diversas fontes (mapas e/ou atributos), melhorando a forma como os mapas são realizados e apresentados os resultados obtidos.

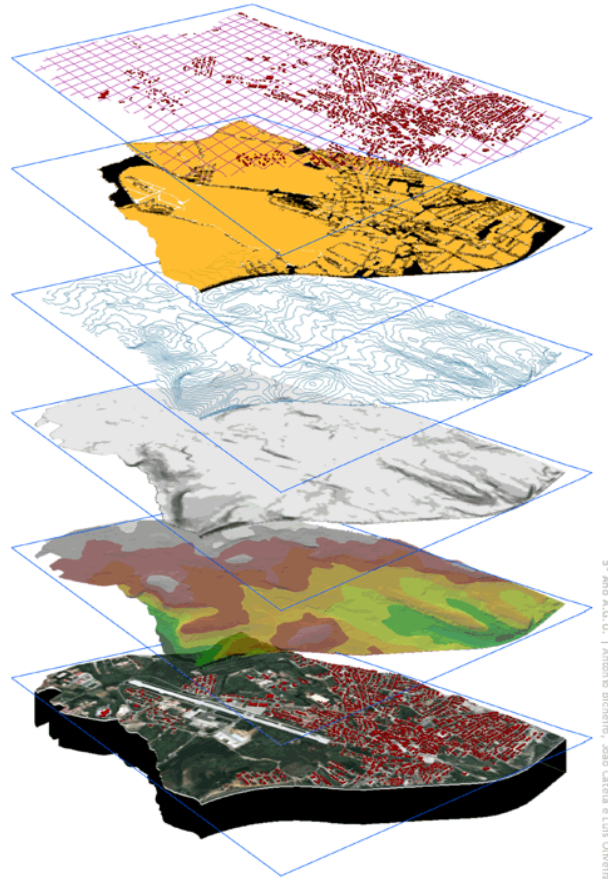
Como principais utilizações para os SIG, destacam-se:

- Recolha, armazenamento de informação baseada na localização espacial;
- Exploração de relações entre base de dados;
- Análise dos dados espaciais;
- Exploração e adaptação de modelos analíticos segundo temáticas específicas (recursos hídricos, riscos, etc.);
- Representação gráfica ou numérica dos resultados.

Tal como é evidenciado na Fig. 2, e de uma forma geral, os *software* de SIG guardam a informação em camadas (layers), de informação aos quais podem ter associados diferentes informações que, manipuladas através das suas ferramentas produzem a cartografia desejada pelo interlocutor/gestor desse sistema de informação.

Este cruzamento de dados/informação de vários tipos permite calcular de uma forma expedita, cenários sobre o território e suas variáveis.

Figura 2 – Esquema de Tratamento de Informação em ambiente SIG.



É, por isso, reconhecido aos Sistemas de Informação Geográfica uma agilização dos processos de gestão do território dos quais se pode destacar processos mais rápidos e precisos, com menor utilização de recursos na execução de tarefas, aumentando a produtividade, a eficiência e a qualidade dos resultados.

Um dos principais indicadores que permite avaliar o sucesso dos sistemas de informação é a sua introdução no mercado da gestão municipal, tornando-se uma ferramenta quotidiana de análise e actualização cartográfica nas Câmaras Municipais, e em entidades que trabalham o território.

A utilização destes sistemas parece, nos dias de hoje, inevitável para qualquer tratamento e análise espacial que se produza. É neste sentido que se propõe e defende o recurso a esta ferramenta para detectar tendências de Contraurbanização e de

Naturbanização, utilizando-a para o desenvolvimento do estudo de caso desta dissertação.

A aptidão do território para um determinado uso resulta da conjugação de factores relacionados com a capacidade intrínseca desse território no que respeita aos factores de ambiente: relevo, solo, água, coberto vegetal e transformações do território pelo homem. Importa então e é possível estabelecer a distinção entre aptidão natural e aptidão potencial do território cuja determinação não pode ser entendida como um processo homogéneo e taxativo, apresentando antes diferenças significativas para os diferentes usos.

As diversas metodologias de Ordenamento do Território desenvolvidas internacionalmente têm-se baseado na definição e delimitação de zonamentos do território, com vista à racionalização do uso do solo. Em Portugal, os instrumentos de ordenamento do território existentes e, em particular, os Planos Directores Municipais (PDM) que existem para toda a superfície territorial portuguesa, baseiam-se também no zonamento.

Contudo, verifica-se a necessidade de utilizar racionalmente estes recursos em termos de consumos financeiros e de tempo, adoptando metodologias que permitam aliar esta poderosa ferramenta à necessidade de elaborar cenários de caracterização do território, definindo unidades de ocupação do solo classificadas como: florestais, agrícolas, socio-económicas, industriais, de equipamentos, de zonas de risco, etc.

SIG E SEUS CONTRIBUTOS PARA AVALIAÇÃO DA NATURBANIZAÇÃO

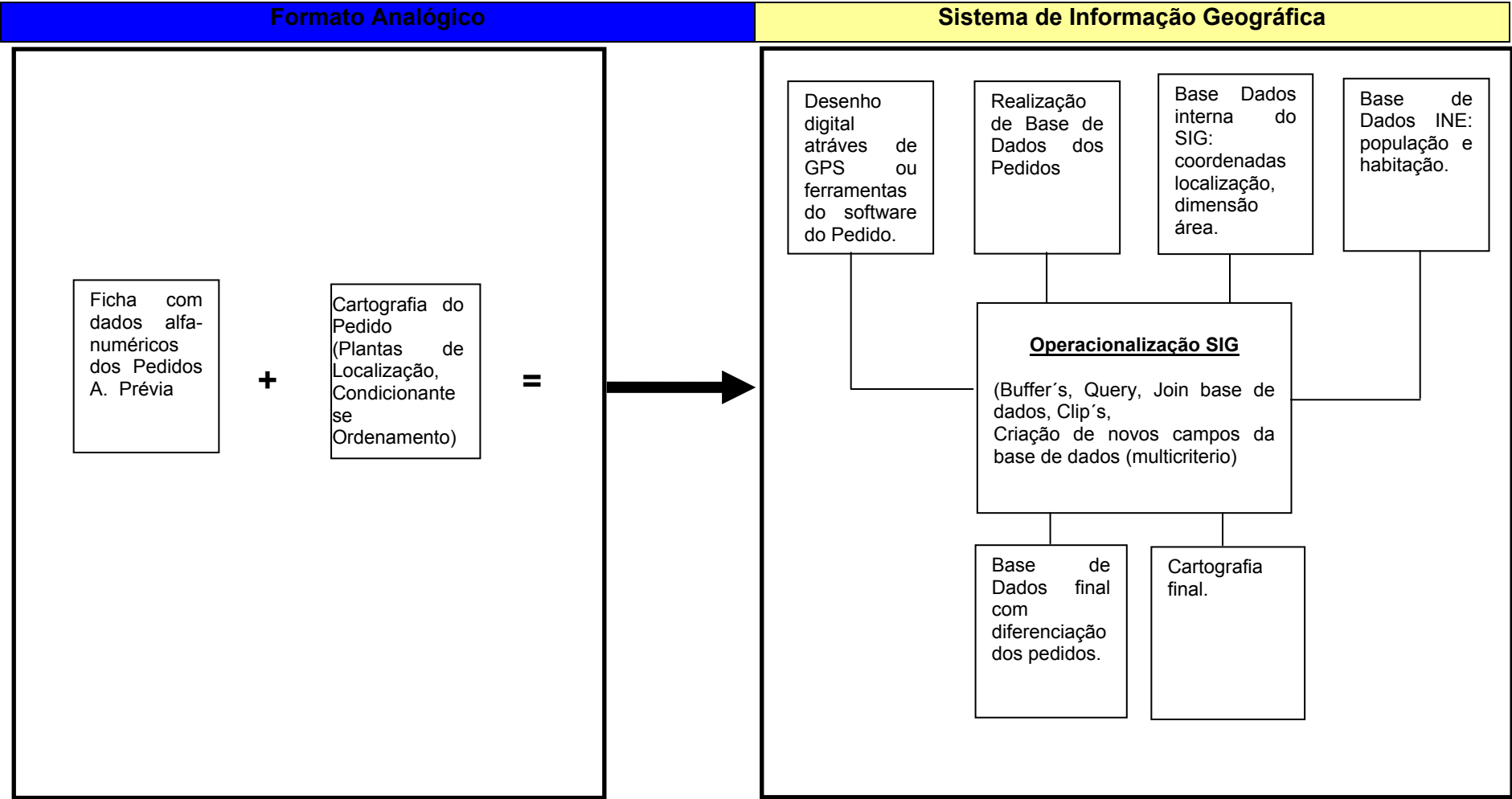
A utilização dos SIG, na sequência da análise exposta no ponto anterior, pode mostrar-se fulcral para identificar e avaliar processo de ocupação humana do território, designadamente de Naturbanização no município de Terras de Bouro. Através de uma metodologia de análise espacial e zonal pode ser desenvolvida uma metodologia SIG que potencie a avaliação dos pedidos de alteração aos usos de solo previstos e zonados em sede de PDM, que depois são identificados e reconhecidos como “identificadores” de processos de Naturbanização ou Contraurbanização.

A utilização de ferramentas de desenho associadas ao *software* já concebido para criar os polígonos ou pontos que resultam na “imagem” do pedido, na sua forma, morfologia e área, permitindo localizá-lo e estudar o seu envolvimento com os factores físicos do território municipal, nomeadamente altimetria, declives e exposição solar, bem como dos factores de ordenamento e condicionantes da ocupação, uso e transformação do solo nas categorias de Solo Rural, Solo Urbano e suas classes.

A *posteriori*, podem ser utilizadas ferramentas de análise espacial como os “buffer” que permitem saber a que distância os pedidos distam de infra-estruturas básicas como o saneamento, a rede de abastecimento de água, rede eléctrica, afastamento dos aglomerados urbanos, afastamento das rede viárias, proximidade ao perímetro do PNPG, quando localizados exteriormente ao Parque, entre outras, e a um nível mais global da avaliação da territorialidade através de distância ao principal aglomerado urbano das freguesias e da sede de município. Estas análises permitem depois elaborar uma metodologia de avaliação de cada pedido que possibilite a sua catalogação em termos de tendências em discussão.

A estes dados espaciais pode ser também adicionada a informação alfanumérica advinda das fichas de Audiência Prévia do PDM, em que é avaliado o tipo de pedido segundo o uso do solo, o nome do proprietário, o tipo de zonamento territorial pretendido (Urbano, Turismo, Agrícola, etc.) e o motivo invocado pelo proprietário para a alteração ao uso estabelecido no PDM. Podem ser, ainda, introduzidos os dados do Instituto Nacional de Estatística relativos à população residente, de forma a relacionar a densidade de pedidos com o acréscimo ou decréscimo de população.

Esquema do trabalho realizado.



Esta informação pode constituir assim a base de dados associada a cada pedido, que depois permite a utilização de mecanismos de “query” e cruzamento de informação entre bases de dados (análise multicritério) com o objectivo final de avaliação da pretensão de cada pedido.

Conhecidos os principais resultados em cada território municipal, pode proceder-se à análise da territorialidade dos pedidos em relação ao principal pólo urbano da Região, a cidade de Braga. Neste contexto de análise, identificados os conceitos e princípios dos fenómenos da Naturbanização e Contraurbanização, é possível estabelecer correlações entre os dados das pretensões de alteração de um instrumento de ordenamento do território municipal como enquadradores e identificadores destes dois tipos de fenómeno.

SÍNTESE

Em Portugal, nos últimos anos, tem vindo a assistir-se a um crescendo da utilização das novas tecnologias de tratamento e geo-referenciação de informação, principalmente Sistemas de Informação Geográfica (SIG), pelas Autarquias. Isto deve-se ao facto de existir cada vez mais informação digital/vectorial para ser analisada e tratada, constituindo-se estas ferramentas como um dos factores preponderantes na situação corrente de revisão de Planos Directores Municipais. Estas ferramentas têm tornado o processo de planeamento e de decisão do poder local mais célere.

Utilizar as ferramentas de SIG, através da compatibilização das ferramentas que disponibiliza e uma adequada utilização das metodologias do planeamento e ordenamento do território é útil para a avaliação de novos fenómenos de urbanização como Contraurbanização e a Naturbanização. Para isto, irei recorrer à análise espacial como ferramenta de apoio para a determinação da aptidão do território.

Esta análise permite-me, com maiores certezas distinguir as pressões existentes, não misturando, intenções de habitação de proprietários rurais e imigrantes que voltam dos potenciais proprietários que identificamos como geradores do fenómeno Naturbanização.

É neste sentido da distinção para melhor prova do fenómeno socorri-me das ferramentas SIG e da legislação que me indica padrões de zonamento a seguir perante o Ordenamento Territorial dos dias de hoje (habitar apenas os espaços Urbanos).

V – ESTUDO DE CASO

INTRODUÇÃO

O objectivo central desta tese é provar que existe uma pressão urbana indicativa dos fenómenos atrás descritos (Naturbanização e Contraurbanização), para isso, estudei e avaliei de que forma a atracção de população que tem vindo a obter residência de primeira ou segunda habitação, no município de Terras de Bouro (município com características marcadamente rurais e onde grande parte do território é Parque Nacional, existindo ainda outros tipos de reservas), se evidencia na prática, aquando da revisão do PDM, visível através dos pedidos de Audiência Prévia, onde se expressam as mudanças de Tipo de Solo de Rural para Urbano e, dentro dessas modificações, também as preocupações dos munícipes. O trabalho principal de avaliação (em anexo freguesia a freguesia) permitiu-me recolher os dados usados durante o estudo de caso.

Propriamente neste caso, incidi o estudo sobre o Município de Terras de Bouro, mas avalizando de sobremaneira as freguesias de Souto, Balança, Ribeira, Choreense e Moimenta, freguesias mais próximas da Cidade de Braga e, as de Vilar da Veiga, Rio Caldo, Carvalheira, Brufe, Covide e Campo do Gerês, freguesias mais próximas ou inseridas no PNPG, pois, são os locais que mais evidenciam sofrer mudanças na sua dinâmica urbana, não só pelas condições locais e presença do PNPG, mas também, devido a outros recursos e características de montanha, incidindo em si uma variedade paisagística muito rica e que atrai milhares de turistas, para usufruir deste recursos.

O trabalho desenvolvido recai também no estudo da evolução da população neste município, verificando as variações de população e suas modificações.

Com isto, prova-se que as existentes modificações do carácter urbanístico que se fazem sentir neste território, evidenciam tendências com estes dois diferentes fenómenos de urbanização, sentidos um pouco por toda a Europa mas que, no caso da Naturbanização tem início no caso Espanhol.

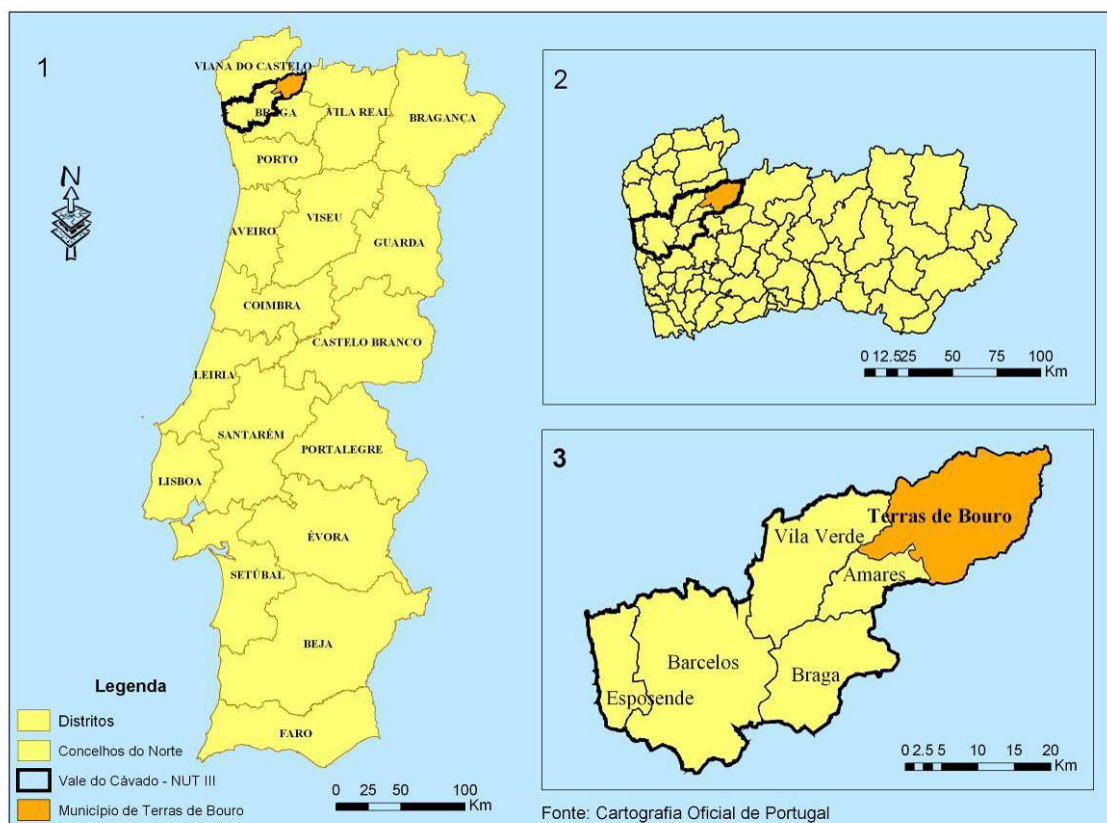
A parte prática deste estudo assenta num levantamento, comprovação, validação e avaliação de informação dos pedidos de Audiência Prévia feitas em sede de Revisão do PDM deste município e a qual é base de trabalho para esta tese (em anexo).

EQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO

Em seguida, exponho alguns aspectos mais relevantes do território de Terras de Bouro.

Este município insere-se na NUT III – Vale do Cávado, pertence ao Distrito de Braga e tem por limites, a Norte, a região da Galiza (Espanha) e o Concelho de Ponte da Barca, a Nascente, o Concelho de Montalegre, a Sul, os Concelhos de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho e, a Poente, os Concelhos de Amares e Vila Verde.

Figura n.º 3 – Enquadramento Territorial.



O Município de Terras de Bouro divide-se administrativamente por 17 freguesias e tem uma área aproximada de 278 Km². Mais de 50% do concelho está também abrangido pelo perímetro do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Figura n.º 4 – Enquadramento Administrativo Município Terras de Bouro



Tabela n.º 1 – Área Freguesias

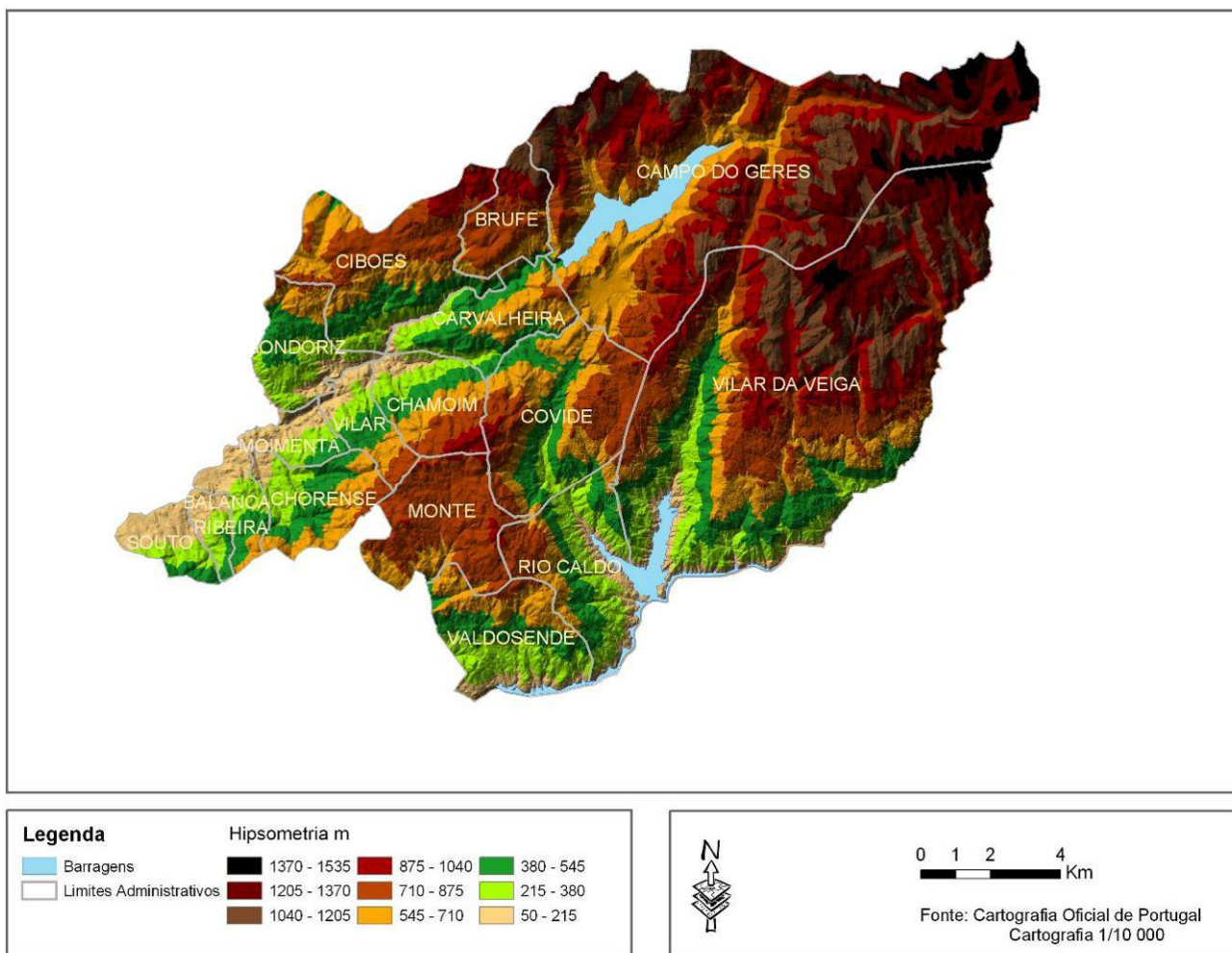
Unidade Geográfica	Área (km ²)	Unidade Geográfica	Área (km ²)
Balança	3,77	Moimenta	3,35
Brufe	6,49	Monte	11,97
Campo do Gerês	68,84	Ribeira	2,25
Carvalhoeira	9,05	Rio Caldo	13,95
Chamoim	7,99	Souto	4,03
Chorense	8,3	Valdosende	12,12
Cibões	17,54	Vilar	4,58
Covide	18,1	Vilar da Veiga	77,83
Gondoriz	7,4	Terras de Bouro	277,54

Fonte: Cartografia Oficial de Portugal, 2005, IGEO

O concelho de Terras de Bouro situa-se na parte territorial de Portugal Continental, que designamos por região do Minho, mais propriamente ao Baixo Minho.

A região do Baixo Minho demarca-se pela beleza paisagística protagonizada pelos vales dos seus principais rios (Cávado, Homem e Ave) e montanhas (Serra do Gerês, Serra Amarela, Serra da Cabreira, entre outras). Descobrimos, assim, um território de vales profundos que se abrem em direcção ao mar, de pequenas rechãs e socalcos cavados pelo homem para a prática da agricultura.

Figura n.º 5 – Modelo Digital de Terreno



O território concelhio compreendido na grande unidade conhecida por Maciço Hespérico apresenta uma tipologia geográfica regional, apelidada por Orlando Ribeiro de “teclado minhoto”, onde se encontra uma veiga encostada aos vales do Rio Cávado e Homem densamente humanizada e uma meia-encosta mais esparsa, onde dominam a floresta e os terrenos incultos.

Figura n.º 6 – Perspectiva do Vale do Rio Cávado e carácter de humanização das margens.



Esta fisionomia de profundos cortes paisagísticos, embora enriquecedora do quadro cénico do Município, deu origem à bipolarização do território entre o Vale do Cávado e o Vale do Homem.

Procedendo agora à análise do concelho de Terras de Bouro deparei com o seguinte cenário.

Integrado na NUT III Cávado, o Concelho de Terras de Bouro, tinha, segundo os resultados do Recenseamento Geral da População de 2001, 8350 habitantes, representando cerca de 2.1% da população e 22% da superfície total da unidade geográfica da NUT III em causa.

<i>Tabela n.º 2 - Distribuição da população NUT III – Vale do Cávado</i>				
NUT III	Total pop. 91	Total pop. 01	Variação Abs.	Variação Rel.
Amares	16715	18521	1806	10.80
Barcelos	111733	122096	10363	9.27
Braga	141256	164192	22936	16.24
Esposende	30101	33325	3224	10.71
Terras de Bouro	9406	8350	-1056	-11.23
Vila Verde	44056	46579	2523	5.73
Total	353267	393063	39796	11.27

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Quando comparado com dados do anterior Recenseamento (1991) apercebe-se uma significativa quebra de população cerca de 11%; decrescendo o seu número de habitantes de 9406, em 1991, para os 8350, em 2001.

É, dentro do Vale do Cávado, o único Concelho que vê decrescer a sua população, contrariando o aumento efectivo da população verificado a nível nacional.

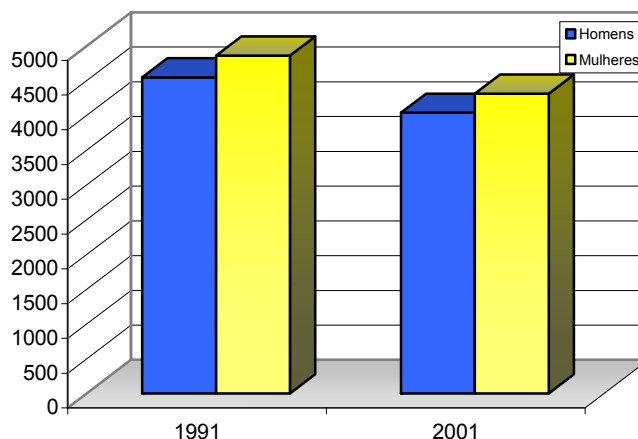
Tabela n.º 3 – População residente no Concelho por freguesia entre 1991 e 2001 e variação.

Unidade Geográfica	Pop Residente - Total	Pop Residente - Total	Variação Abs.	Variação Rel.
	1991	2001	91-01	91-01
Balança	394	393	-1	-0.25
Brufe	78	57	-21	-26.92
Campo do Gerês	193	187	-6	-3.11
Carvalheira	481	448	-33	-6.86
Chamoim	432	350	-82	-18.98
ChoreNSE	606	582	-24	-3.96
Cibões	600	439	-161	-26.83
Covide	489	404	-85	-17.38
Gondoriz	441	335	-106	-24.04
Moimenta	772	803	31	4.02
Monte	190	147	-43	-22.63
Ribeira	296	219	-77	-26.01
Rio Caldo	1189	993	-196	-16.48
Souto	625	564	-61	-9.76
Valdosende	742	699	-43	-5.80
Vilar	238	200	-38	-15.97
Vilar da Veiga	1640	1530	-110	-6.71
Terras de Bouro	9406	8350	-1056	-11.23

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

A distribuição da população residente por freguesias, revela algumas disparidades ao nível da localização espacial dos habitantes de Terras de Bouro, em parte derivada das características físicas apontadas anteriormente.

Gráfico n.º 1 – População Residente Por Sexo



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Figura n.º 7 – População Residente

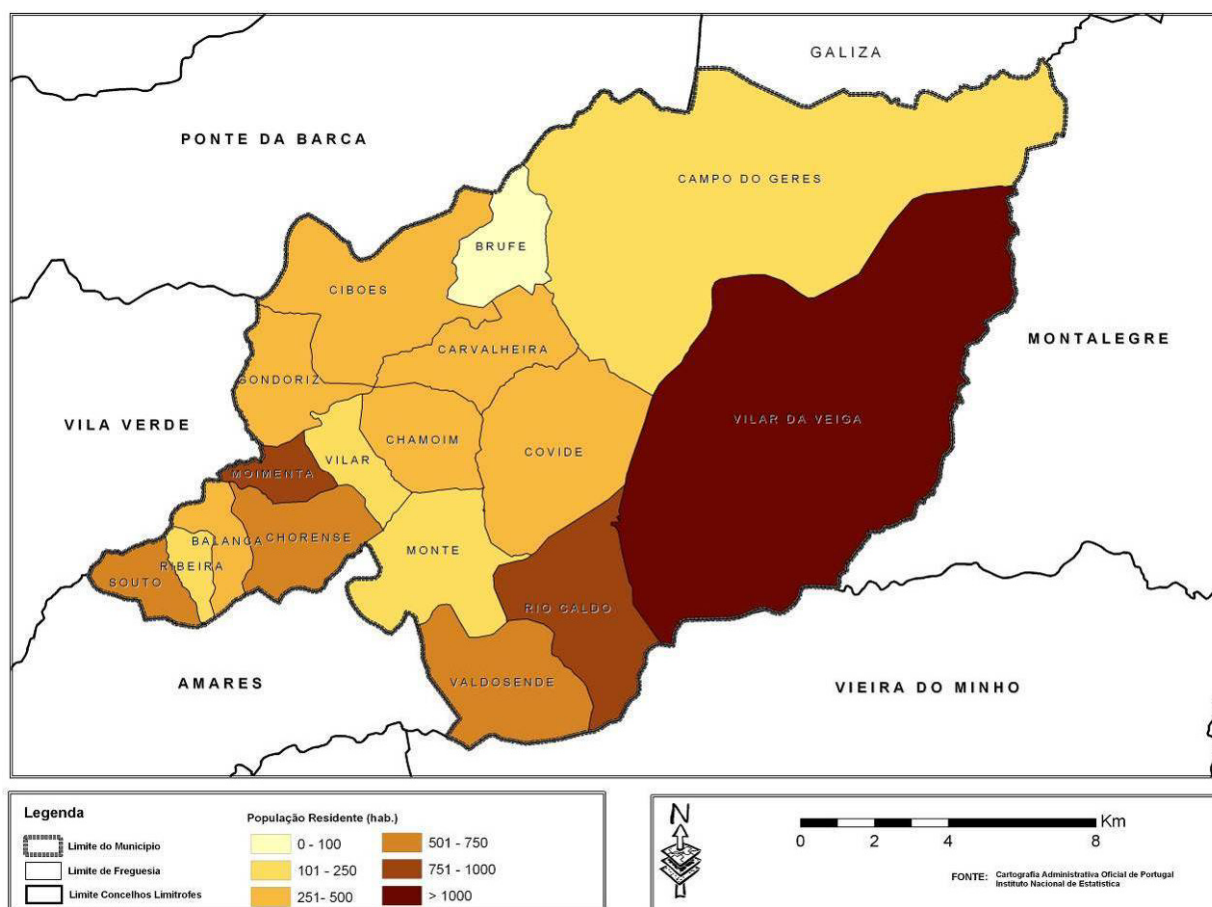


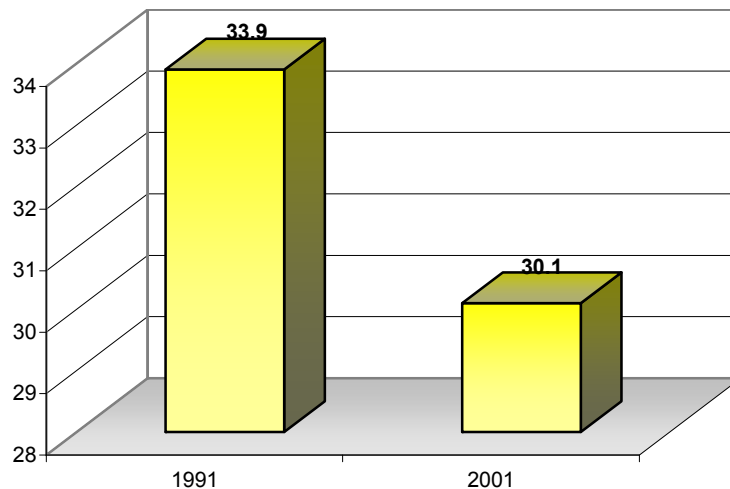
Tabela n.º 4 – Densidade Populacional

Unidade Geográfica	Densidade Pop. Km2 1991	Densidade Pop. Km2 2001
Balança	104.5	104.2
Brufe	12	8.8
Campo do Gerês	2.8	2.7
Carvalheira	53.1	49.5
Chamoim	54.1	43.8
Chorense	73	70.1
Cibões	34.2	25
Covide	27	22.3
Gondoriz	59.6	45.3
Moimenta	230.4	239.7
Monte	15.9	12.3
Ribeira	131.6	97.3
Rio Caldo	85.2	71.2
Souto	155.1	140
Valdosende	61.2	57.7
Vilar	52	43.7
Vilar da Veiga	21.1	19.7
Terras de Bouro	33.9	30.1
Cávado	“	318.9

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

No que respeita à concentração de população, destaca-se a freguesia sede de Concelho, com uma densidade populacional relativamente elevada (cerca de 240 habitantes por Km²), acima da densidade populacional do país (173,5 hab./Km²), mas bastante abaixo da densidade verificada na NUT Cávado (318,9 hab./Km²). Segue-se-lhe uma freguesia vizinha, Balança, com uma densidade populacional próxima de 100 hab./Km².

Gráfico n.º 2 – Evolução da Densidade Populacional

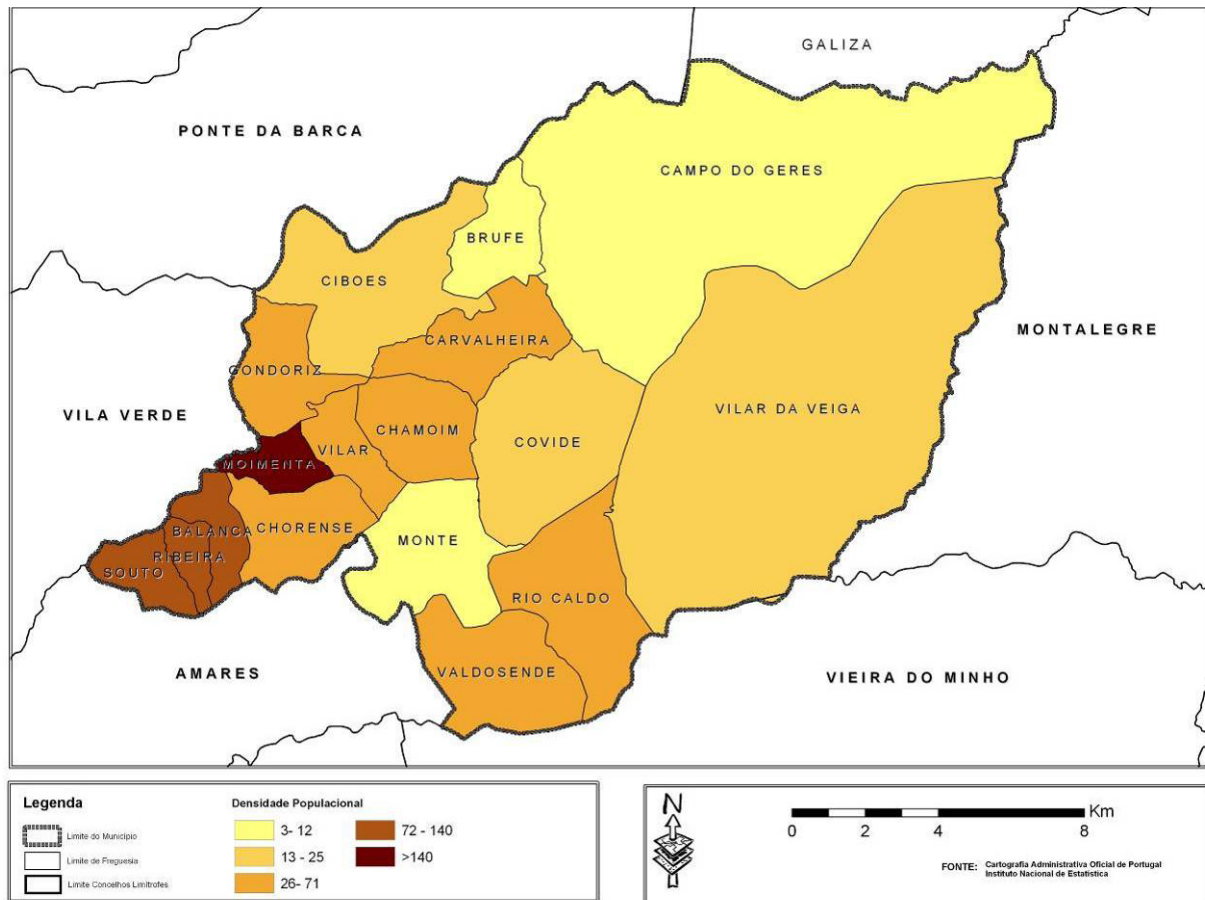


A um nível intermédio, para o Concelho, tem-se Rio Caldo, Valdosende, Carvalheira, Chamoin, Vilar, Choreense e Gondoriz acima dos 25/ hab./Km².

Com as mais baixas densidades populacionais do Concelho surgem Campo do Gerês, Brufe e Monte com densidade abaixo dos 15 hab./Km².

Perante os dados da população residente, e os agora descritos, convém realçar que existe uma grande desigualdade ao nível das áreas (km²) das freguesias atrás enunciadas, e a freguesia de Vilar da Veiga, onde se situa a Vila do Gerês. Penso que uma análise mais detalhada a nível da subsecção estatística poderia mostrar algumas proximidades de densidade entre as zonas da Sede de Concelho e algumas zonas da freguesia de Rio Caldo e Vilar da Veiga.

Figura n.º 8 – Densidade Populacional



Estrutura da população

A evolução demográfica recente, anteriormente explanada, pode ser explicada através do estudo das variáveis micro demográficas que em seguida apresento.

Ao longo das últimas décadas, deparamo-nos com um aumento dos índices de envelhecimento, não só em Terras de Bouro, mas também no Continente e na NUT III Vale do Cávado. Terra de Bouro no ano de 2001 apresenta aproximadamente, um rácio de 1 jovem (0-14 anos) para 1.3 idosos (65 e mais anos), valor já ligeiramente superior ao observado para o Vale do Cávado, e para a média do Continente.

Tabela nº 5 – Estrutura Etária da População – Índices de Dependência (%)

	Continente		Vale do Cávado		Terras de Bouro	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Ind. Envelhecimento	69.5	104.5	40	64	72	127.3
Ind. Dependênc. Total	50.1	47.7	52.5	45.3	66	61
Ind. Dependênc. Jovens	29.6	23.3	37.4	28.2	38	27
Ind. Dependênc. Idosos	20.6	24.4	15	17.1	28	34

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

(1) Índice de Envelhecimento = $(65 e + \text{anos} / 0 a 14) * 100$

(2) I de Dependência Total = $[(0 a 14) + (65 e +) / (15 a 64)] * 100$

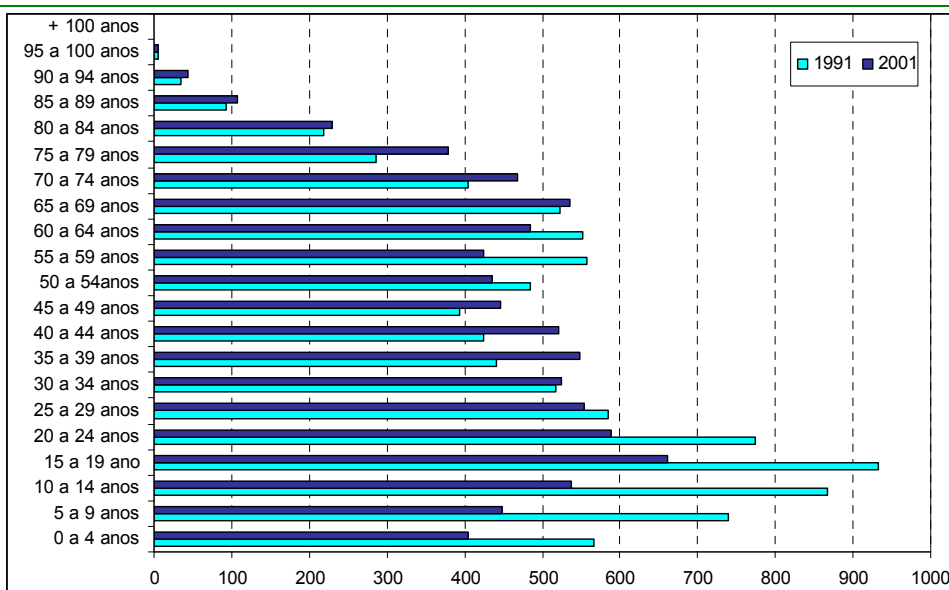
(3) I de Dependência de Jovens = $(0 a 14) / (15 a 64) * 100$

(4) I de Dependência de Idosos = $(65 e +) / (15 a 64) * 100$

Relativamente à **estrutura da população concelhia**, analisada por grupos quinquenais, constatei que, ao longo do período inter censitário 1991/01 se observou uma assinalável alteração nos pesos de alguns grupos etários no total da população, sendo que pude assistir a um “duplo envelhecimento” da população. A observação dos gráficos nº 3, 4 e 5 permite constatar um estreitamento dos grupos etários da sua base, nomeadamente com idade inferior a 20 anos, sendo que no topo se verifica um aumento dos residentes com idade superior a 65 anos.

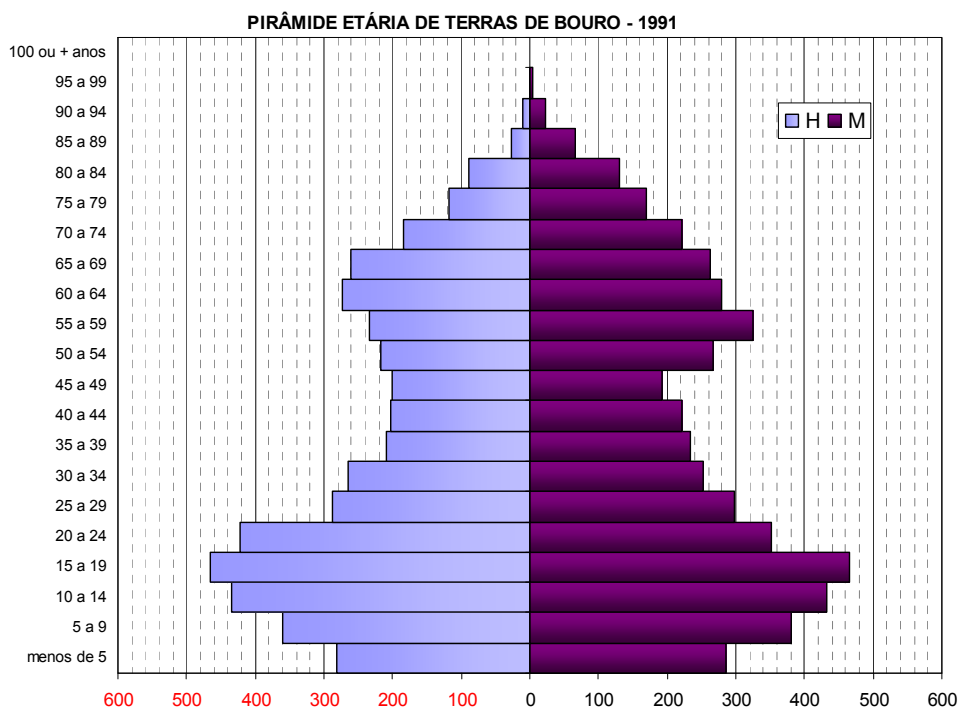
As principais mudanças entre os dois momentos inter censitários, revelam-se nas classes etárias entre os 0 e os 24 anos; classes que sofrem um estreitamento muito significativo perde o Município de Terras de Bouro população essencialmente em idade escolar e activa.

Gráfico n.º 3, n.º 4 – Estrutura Etária da População de Terras de Bouro



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Prova disso é que dos mais de 900 habitantes registados entre a faixa etária dos 15 aos 19 anos em 1991, se decresce para menos de 700 habitantes. A pirâmide etária só cresce em 2001, nas classes acima dos 65 anos.

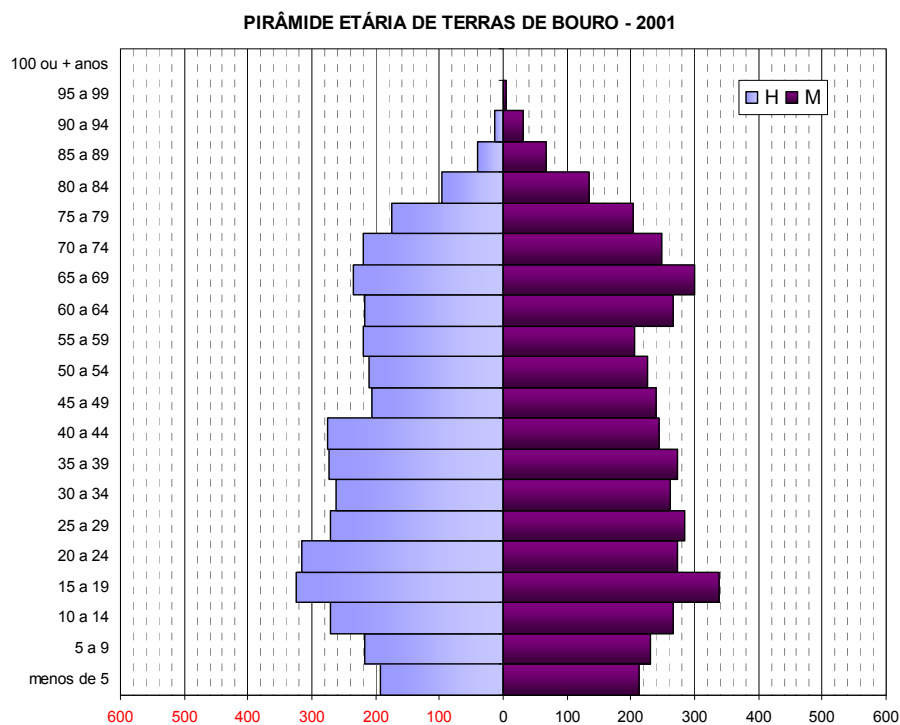


Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Analisando a pirâmide de 1991, reparei que não existem grandes diferenças de número (habitantes) entre os sexos feminino e masculino, a não ser, na classe etária dos 55 a 59 anos, em que as mulheres ultrapassam os 300 habitantes, enquanto os homens em pouco ultrapassam a faixa dos 200.

A população de Terras de Bouro neste período inter censitário ainda é maioritariamente jovem e activa, embora já se evidencie um alargamento do topo piramidal com o efectivo aumento de idosos.

Gráfico n.º 5 – Estrutura Etária da População de Terras de Bouro



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

A pirâmide etária em 2001 evidencia uma morfologia muito homogénea entre todas as classes. Esta morfologia indica assim um estreitamento das faixas etárias mais jovens e um alargamento das classes superiores, este comportamento indicia um concelho envelhecido.

Mais uma vez, notei a simetria existente entre o número de habitantes por faixa etária e sexo, apenas se destacando, outra vez pelo maior número de habitantes do sexo feminino, as faixas etárias entre os 15 e 19 anos e os 65 e 69 anos.

Estrutura familiar

Em Portugal Continental houve um aumento de cerca de 16% relativamente ao ano de 1991 para este indicador. Este aumento do número de famílias resultou de dois factores determinantes: do referido aumento de 5% da população residente (Continente), das alterações nos padrões de nupcialidade, divorcialidade e aumento da esperança média de vida.

Já no município de Terras de Bouro, relativamente ao número de famílias, foi registado um aumento não muito significativo do ponto de vista percentual, com uma variação de cerca de 2% em relação a 1991; mas tendo em atenção que houve uma perda significativa de população, esta variação indica uma modificação da estrutura das famílias terrabourenses.

Já em relação ao número de alojamentos, houve um significativo aumento, uma variação de 25% comparando com os censos de 91.

No que diz respeito ao número de pessoas por alojamento, foi registada uma ligeira diminuição quanto ao número de pessoas por alojamento, factor que pode decorrer da diminuição dos nascimentos e do facto de a maioria dos casais, hoje em dia, optar por ter apenas um filho, factor que torna, progressivamente, as famílias mais pequenas (ver tabela n.º 6).

Pode concluir, portanto, que o aumento do número de famílias não está directamente correlacionado com o aumento da natalidade, mas sim com uma maior número de uniões e com um retardamento, por parte das mulheres, da maternidade que faz com que os casais tenham filhos cada vez mais tarde.

Tabela n.º 6 – Índices de e variação da estrutura familiar

Ano	Pop. Residente	N.º famílias clássicas	Alojamentos	Edifícios	Pessoas/Alojamentos	Alojamentos/Famílias
1991	9406	2583	3678	3398	2.6	1.4
2001	8350	2624	4672	4379	1.8	1.8

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação

2001

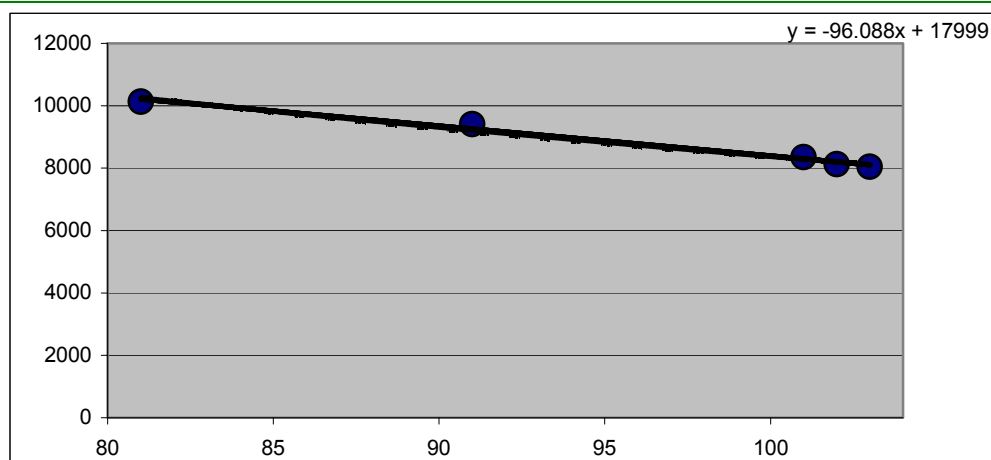
Projeções da População Residente

No intuito de enquadrar o planeamento da e a dinâmica do município de Terras de Bouro, nomeadamente, quanto à procura pressão urbanística (interna) que deverá ser esperada num futuro relativamente próximo, apresentam-se de seguida as projecções de população para o Concelho; tais projecções são o resultado de cenários quantificados para a evolução da população residente para os anos de 2006 e 2011.

Assinala-se, desde já, que este tipo de análise incorpora uma margem de erro bastante difícil de controlar. De facto, o reduzido número de habitantes com que se trabalha no território em causa apresenta um notável grau de sensibilidade demográfica, nomeadamente, a fenómenos de natureza conjuntural. Acrescente-se a esta realidade o período histórico que se vive actualmente, pautado por uma grande alteração dos padrões de qualidade de vida e dos modelos de organização territorial, que tende a introduzir na análise factores de incerteza relativamente profundos. Deste modo, os valores projectados deverão ser entendidos como uma tentativa de aproximação à evolução provável da população no Concelho, para que tais indicadores possam fornecer uma boa base de trabalho.

O método de cálculo utilizado tem em conta as tendências passadas, assentando o esquema metodológico, numa primeira fase, na formulação de um conjunto de hipóteses para a evolução futura da população baseada nas projecções do Instituto Nacional de Estatística (2002,2003,2004) e nos dados dos anteriores censos (1981,19991 e 2001).

Gráfico n.º 6 – Cálculo da Projecção (linha de tendência)



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001
 80 e 85 – Equivalem aos anos de 1980 e 1985.
 90 e 95 – Equivalem aos anos de 1990 e 1995.
 100 – Equivale ao ano de 2000.

Baseado nos anteriores dados e cálculos da linha de tendência, foi possível chegar aos seguintes dados da distribuição da população por freguesia:

Tabela n.º 7 – Projecção da Evolução da População

Unidade Territorial	1991	2001	2006	2011	2016
Balança	394	393	388	384	377
Brufe	78	57	48	41	34
Campo do Gerês	193	187	182	177	172
Carvalheira	481	448	428	409	388
Chamoim	432	350	312	278	246
Chorense	606	582	564	547	528
Cibões	600	439	372	315	265
Covide	489	404	363	327	292
Gondoriz	441	335	289	249	214
Moimenta	772	803	810	818	820
Monte	190	147	128	111	96
Ribeira	296	219	186	159	134
Rio Caldo	1189	993	898	812	730
Souto	625	564	530	498	466
Valdosende	742	699	671	645	616
Vilar	238	200	181	165	148
Vilar da Veiga	1640	1530	1462	1398	1328
Terras de Bouro	9406	8350	7814	7333	6853

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001

Este cenário considera que a população do Concelho tenderá a continuar o processo de quebra demográfica encetado na última década. Ajustou-se uma recta de regressão linear para os valores da população ao longo do período 1981-2001, verificando-se que a população, segundo este método, tende a cair cerca de 6.4% entre 2001 e 2006, diminuindo este ritmo de quebra até 2011 para 6.2% e aumentando novamente entre 2011 e 2016 para os 6.6%.

Tabela nº 8 – Variação da População de 1991 até 2016.

Ano	População	Taxa de variação
1981	10131	"
1991	9406	-7.16
2001	8350	-11.23
2006	7814	-6.42
2011	7333	-6.16
2016	6853	-6.55

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

De notar todavia que, dada a inexistência de uma tendência marcada para a evolução demográfica entre as duas décadas em análise e pelo facto do número de observações em causa ser muito reduzido, a recta estimada apresenta algumas dificuldades de ajustamento ao fenómeno demográfico concreto de Terras de Bouro.

Não obstante, este cenário de teor pessimista incorpora as hipóteses de que o município não conseguirá inverter a tendência da década passada de decréscimo da natalidade e envelhecimento da população, assim como não conseguirá fazer vingar as políticas necessárias à atracção populacional que possam fazer face à tendência de adopção por parte dos indivíduos de modelos de vida mais urbanos.

Outro factor é o de não contar com os fenómenos de pressão da habitação que agora existem, e que, como irei descrever no estudo, são hoje um fenómeno de acréscimo dos efectivos populacionais, mesmo assumindo um comportamento flutuante de usufruto do território.

POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO MUNICÍPIO

Para planear e ordenar é essencial perceber o modo de ocupação e organização do território, uma vez que a oferta de emprego, os custos da habitação, as acessibilidades, a educação, os equipamentos, etc., originam dinâmicas e fluxos populacionais para os aglomerados mais atractivos destes pontos de vista. Torna-se, por isso, importante conhecer em termos urbanos quais são os aglomerados e quais as políticas urbanísticas para eles defendidos de modo a perceber a estruturação municipal de serviços e equipamentos, tão importantes no complemento da vida das pessoas e das suas actividades.

Hierarquização dos aglomerados e dinâmicas de desenvolvimento

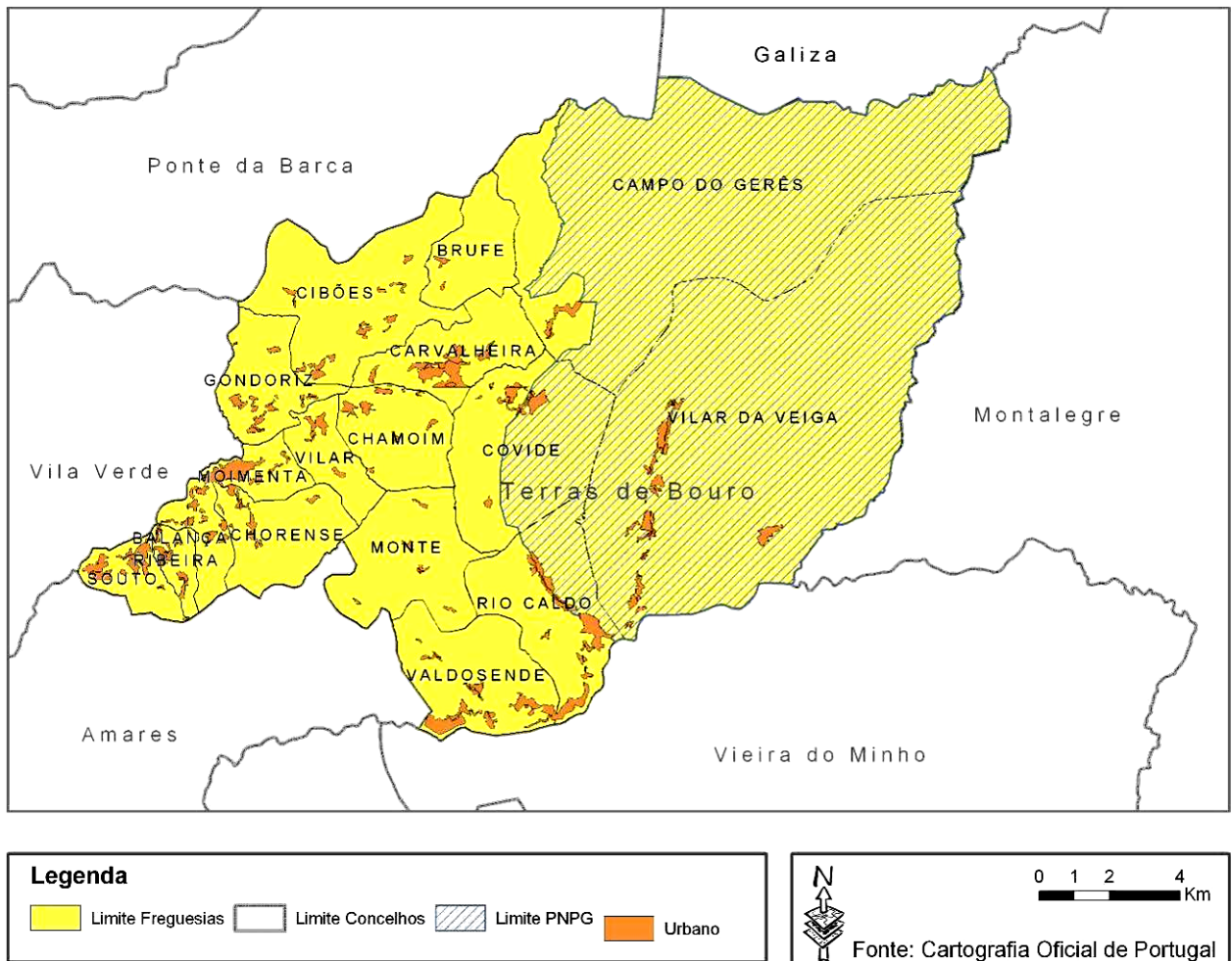
O presente capítulo foi elaborado, tendo por base a análise da Caracterização Física e do “Regulamento do Plano Director Municipal de Terras de Bouro” em vigor, centrando a abordagem nos itens referentes aos Espaços Urbanos e Povoamento.

O município de Terras de Bouro apresenta, de facto, ao nível da estrutura do povoamento uma forte descentralização dos aglomerados repartidos por várias aldeias/lugares. Estes Aglomerados Urbanos não se encontram muito consolidados, exceptuando a sede de concelho e a parte Central da Vila do Gerês; trata-se essencialmente de um povoamento disperso.

Olhando o mapa que se segue, vê-se que existe uma maior concentração populacional junto das principais vias de comunicação, ao passo que se torna mais esparsa no interior concelhio (onde é mais patente o povoamento de carácter rural assente em pequenos lugares dispersos).

Este tipo de configuração populacional deve-se às acessibilidades, inevitavelmente associadas às exigentes condicionantes morfológicas existentes e, ainda, à prática urbanística identificadora do populacho Minhoto.

Figura n.º 9 – Distribuição Aglomerados Urbanos



O Regulamento do PDM de Terras de Bouro define como Espaços Urbanos e Urbanizáveis os constituídos por aglomerados urbanos, aglomerados rurais, aglomerados de construção condicionada e aglomerados de interesse patrimonial; classificando-os funcionalmente pelos seguintes níveis:

Nível 1 – Vila de Terras de Bouro, englobando os lugares de Pesqueiras e Portela;

Nível 2 – Rio Caldo, englobando os lugares de Igreja, Paredes, Sá e Paço, e a Vila das Termas do Gerês, englobando a Vila e os lugares de Chã da Ermida e Assureira;

Nível 3 – Lugar de Covide, Lugar de Passos/Souto, Lugar de Carvalheira, Lugar de Valdosende, Lugar de Chamoin/Sequeirós, Lugar de Cibões, Lugar de Campo de Abades;

Nível 4 – Lugar do Assento/Ribeira, Lugar Assento/Balança, Lugar de Igreja/Choreense, Lugar de Moimenta Velha, Lugar do Outeiro/Vilar, Lugar da Igreja, Antas e Mesquita/Gondoriz, Lugar de Brufe, Lugar de Admeus e Ermida/Vilar da Veiga.

Esta classificação indica uma estrutura de povoamento em função de zonas homogéneas onde são permitidos diferentes índices e directrizes urbanas, mas onde se evidencia também uma concentração de equipamentos e serviços. Destacadamente, vê-se que os aglomerados de nível 1 e 2, têm uma dinâmica urbana distinta dos restantes aglomerados bastante rurais e onde se localizam os principais serviços como a Câmara Municipal, Bancos, CTT e estabelecimentos comerciais de maior monta.

Um dos indicadores desta dinâmica prova-se, como atrás descrito, pela tendência demográfica, Moimenta é a única freguesia que vê crescer os seus efectivos. Existe uma tendência de atracção por parte dos aglomerados mais urbanizados, o que leva cada vez mais à concentração actividades, serviços e pessoas.

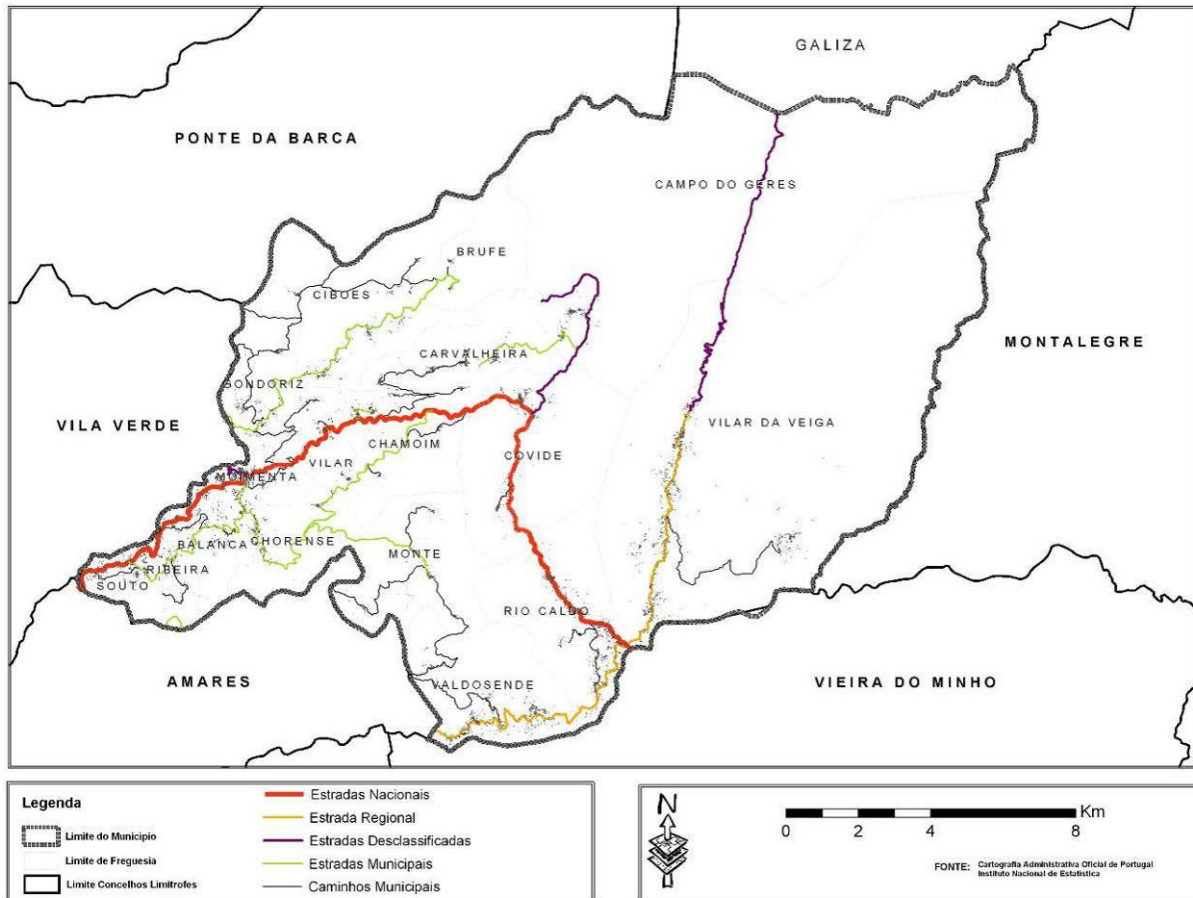
Acessibilidades e redes de equipamentos colectivos

O desenho das acessibilidades reflecte a própria estrutura da morfologia e relevo do concelho, de recortes acentuados, com permanente sucessão de montes e vales. Daí os traçados sinuosos das estradas que penalizam as condições de acessibilidade de um povoamento disperso e de pequenos aglomerados de características rurais.

É neste cenário que se enquadra o município de Terras de Bouro, que como pude verificar pelo seguinte mapa, não evidencia uma rede viária muito densa. Esta rede viária é constituída pelas Nacionais, 205-3, 307 e 308.

A EN 205-5 faz a ligação entre a Sede de Concelho e as freguesias localizadas mais a este, dirigindo-se depois em direcção ao Concelho vizinho de Amares; é a estrada que permite também a ligação mais curta entre o município e a cidade de Braga.

Figura n.º 10 – Rede Viária Principal



A Estrada Nacional 308 tem a seu cargo a ligação entre a parte mais a Sul do concelho, servindo de interface a freguesias como Vilar da Veiga, Rio Caldo e mesmo Valdosende, com o interior do município, onde a mesma, se liga à EN 307 (Covide-Moimenta). É também a porta de entrada das pessoas que advêm do Concelho de Vieira do Minho (esta é aliás, uma importante via no que concerne ao Turismo, pois chegam por ela muitos dos visitantes do concelho, principalmente com destino à Vila do Gerês).

De referir, ainda, outros dois troços importantes do Concelho, que são a Estrada Regional 205-5 (ligação entre Rio Caldo – Amares), e a Estrada Desclassificada 308-1 que liga o concelho à fronteira com o País Vizinho.

Quanto à restante rede viária distribui-se por vários Caminhos e Estradões municipais que têm como principal função interligar as várias localidades.

A esparsa rede rodoviária tem de ser vista como um factor preponderante na planificação de uma nova Rede Educativa. São as suas características de fluidez, capacidade, estado físico que condicionam o tempo dispendido nos trajectos, que por sua vez se reflecte no critério de irradiação dos alunos/escola.

REPRESENTAÇÃO DOS DADOS/RESULTADOS DAS PRETENSÕES DE ALTERAÇÃO DE ZONAMENTO

Depois da breve apresentação e caracterização descrita atrás sobre a unidade territorial em estudo descreve-se aqui uma relação desses dados e a modificação sofrida nos últimos tempos que evidencia os processos de Naturbanização e da Contraurbanização.

Com o início da revisão do PDM do Município de Terras de Bouro, procedeu-se ao Período de Formulações e Pedidos de Informação dos quais resultaram cerca de 429 inquéritos de Audiência Prévia.

Estes inquéritos, realizados pelos habitantes, prendem-se, na sua maioria, com a pretensão de mudança de Uso do Solo (Rural para Urbano) e algumas sugestões ao nível da Conservação de Valores e do Património do município. Esta última preocupação mostra já um nível de identificação com o carácter sensível deste território.

Objectivamente, na tese, focalizei a avaliação destes pedidos em relação à sua incidência territorial, bem como, na sua tipologia (habitação pessoal, habitação, colectiva, espaço para equipamento de turismo, entre outras), retirando deles a noção territorial no que concerne à mudança de Classe de Espaço de Uso do Solo e que indica de que forma geograficamente se processa a nova pressão urbana no território do município.

Todos os pedidos de alteração foram estudados rigorosamente em vários aspectos técnicos definidos por mim (tabela n.º 1), para que seja permitido classificá-los dentro da seguinte tipologia:

**Sentido Preferencial de Expansão e Manutenção;
Erros Metodológicos e de Cartografia do PDM em Vigor;
Pretensão Pontual.**

O **Sentido Preferencial de Expansão** corresponderá aos locais adjacentes a aglomerados urbanos já existentes de forma a dar uma coesão/colmatação das

malhas urbanas, denotando uma área forte de empreendimentos com condições físicas e de infra-estruturas.

Os **Erros Metodológicos e de Cartografia do PDM em Vigor** abrangem pedidos que, aquando da execução do PDM em vigor, não foram abrangidos pela Classe de Espaço pretendida por falhas técnicas a nível da Cartografia ou Metodológicas como a não consideração de um pequeno Núcleo populacional que, na altura, não tenha sido Classificado como Solo Urbano ou como Aglomerado Rural (classes do PDM anterior).

A **Pretensão Pontual** caracteriza-se pelos pedidos individuais que se localizam geralmente longe de outros aglomerados Urbanos ou Rurais e sem presença de grandes infra-estruturas e equipamentos (embora acessíveis).

A avaliação final dos pedidos de alteração terá em conta os seguintes critérios:

Tabela n.º 9 – Critérios de Avaliação Pretensões Uso do Solo.

Proximidade a construções existentes e adjacência à área urbana existente;
Proximidade à rede viária principal;
Impactes provocados pelo crescimento do Núcleo;
Colmatação da malha Urbana:
Características da Envolvente;
Evitar Barreiras Naturais (linhas de água, declives acentuados);
Manutenção da tendência dominante.

A diferenciação da tipologia foi importante para que fosse possível “filtrar” estes pedidos, enquadrando-os em classes tipológicas: novas pressões para urbanizar ou apenas de proprietários que, devido a erros de tecnologia e escalas, quisessem agora a correcção dos mesmos, o que, em último aspecto, não corresponderia ao objectivo pretendido da análise.

Estes pedidos de alteração são muito importantes, pois, espelham um modelo de desenvolvimento do município (padrão de oferta e procura das zonas de expansão urbana), que é explicitado, não só pela morfologia de modificação do desenho das propostas de ordenamento e condicionantes, mas também pela sua avaliação.

Obviamente, esta avaliação exigiu um meticoloso e extenso trabalho de terreno e de análise da diversa cartografia, por forma, a elaborar uma matriz de avaliação dos pedidos, verificando, em relação à sua posição geográfica, vários aspectos.

É por este motivo que para a realização desta tarefa foi utilizada uma metodologia de trabalho assente em SIG, permitindo manipular os dados através de uma análise multicritério.

Analizadas as freguesias do Município, lanço, ainda, alguns tópicos resumo que me ajudaram a perceber este território.

Tabela n.º 10 – Dados principais indicadores Terras de Bouro.

Unidade Territorial	Indicadores	Censos 1991	Censos 2001
TERRAS DE BOURO	População Residente HM	9406	8350
	Alojamentos Familiares - Clássicos	3660	4656

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

As freguesias que contam com maior número de pedidos de Alteração do Uso do Solo são: Valdosende e Rio Caldo, localizadas no Vale do Cávado (eixo Amares – Gerês), e as de Souto, Balança e Chorense, no Vale do Homem (eixo Braga - Moimenta).

Vê-se que o modelo de expansão reflecte uma dependência dos principais eixos de comunicação e das condições aliadas de morfologia e ocupação do território (urbanização anterior e características fisiográficas).

Tabela n. 11 – Relação alojamentos e habitantes⁶.

Unidade Territorial	Variável	1991	2001	Unidades	Variação	
Balança	População Residente HM	394	393	indivíduos	-1	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	140	201	nº	61	aumentou ▲
Brufe	População Residente HM	78	57	indivíduos	-21	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	31	37	nº	6	aumentou ▲
Campo do Gerês	População Residente HM	193	187	indivíduos	-6	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	125	164	nº	39	aumentou ▲
Carvalheira	População Residente HM	481	448	indivíduos	-33	diminui ▼↓
	Alojamentos Familiares - Clássicos	222	257	nº	35	aumentou ▲
Chamoim	População Residente HM	432	350	indivíduos	-82	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	175	212	nº	37	aumentou ▲
Choreense	População Residente HM	606	582	indivíduos	-24	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	213	265	nº	52	aumentou ▲
Cibões	População Residente HM	600	439	indivíduos	-161	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	245	275	nº	30	aumentou ▲
Covide	População Residente HM	489	404	indivíduos	-85	diminui ▼↓
	Alojamentos Familiares - Clássicos	204	254	nº	50	aumentou ▲
Gondoriz	População Residente HM	441	335	indivíduos	-106	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	207	245	nº	38	aumentou ▲
Moimenta	População Residente HM	772	803	indivíduos	31	aumentou ▲
	Alojamentos Familiares - Clássicos	294	420	nº	126	aumentou ▲
Monte	População Residente HM	190	147	indivíduos	-43	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	51	56	nº	5	aumentou ▲
Ribeira	População Residente HM	296	219	indivíduos	-77	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	130	132	nº	2	aumentou ▲
Rio Caldo	População Residente HM	1189	993	indivíduos	-196	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	430	587	nº	157	aumentou ▲
Souto	População Residente HM	625	564	indivíduos	-61	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	222	259	nº	37	aumentou ▲
Valdosende	População Residente HM	742	699	indivíduos	-43	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	284	347	nº	63	aumentou ▲
Vilar	População Residente HM	238	200	indivíduos	-38	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	116	120	nº	4	aumentou ▲
Vilar da Veiga	População Residente HM	1640	1530	indivíduos	-110	diminui ▼
	Alojamentos Familiares - Clássicos	571	825	nº	254	aumentou ▲

Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

⁶ Embora os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística sejam claros e concisos e metodologicamente precisos, existem algumas variâncias que extrapolam o método utilizado. Um facto contraposto ao da população é o registos dos eleitores, embora problemas de actualização possam ser evocados para a não compatibilização dos dados. Em Terras de Bouro existem mais de dez mil eleitores registados. As explicações para este facto passam pela mudança social que o município tem sofrido nas últimas décadas, forte emigração e migração. Existe um grande fatia de população que embora tenham saído do município, volta esporadicamente e, muitas vezes por razões afectivas e identificativas com a terra mãe, não actualizam as suas residências para o local de trabalho, voltando a terra para exercer o seu direito ao voto. Muita desta população assume um carácter flutuante mantendo ligação à terra mãe, voltando esporadicamente, ou quando se reformam, estabelecendo de novo residência.

Figuras n.º 11 e 12 – Panorâmica Vale do Gerês e de Rio Caldo.



Perspectivas do Vale do Gerês e da habitação das vertentes e perspectiva da habitação na zona de sopé, à beira da linha de albufeira, freguesia de Rio Caldo.

Figuras n.º 13 e 14 – Panorâmica Vilar da Veiga e Rio Caldo.



Perspectiva do Aglomerado de Vilar da Veiga, densamente povoado e perspectiva da margem direita do Vale do Cávado, freguesia de Rio Caldo.

Gráfico n.º 7 – Evolução População Residente.

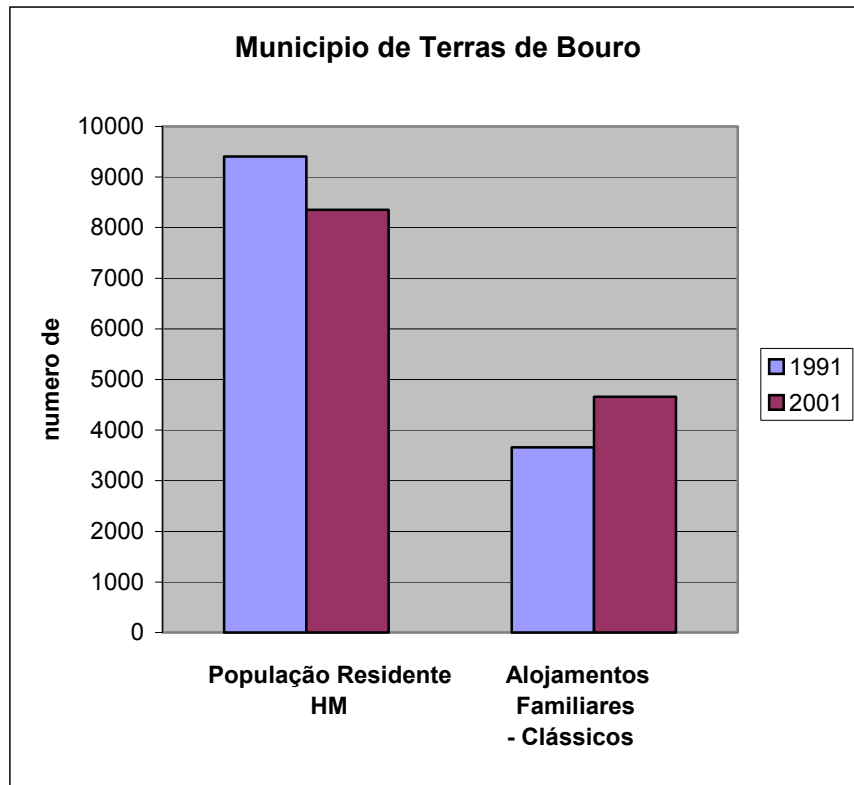
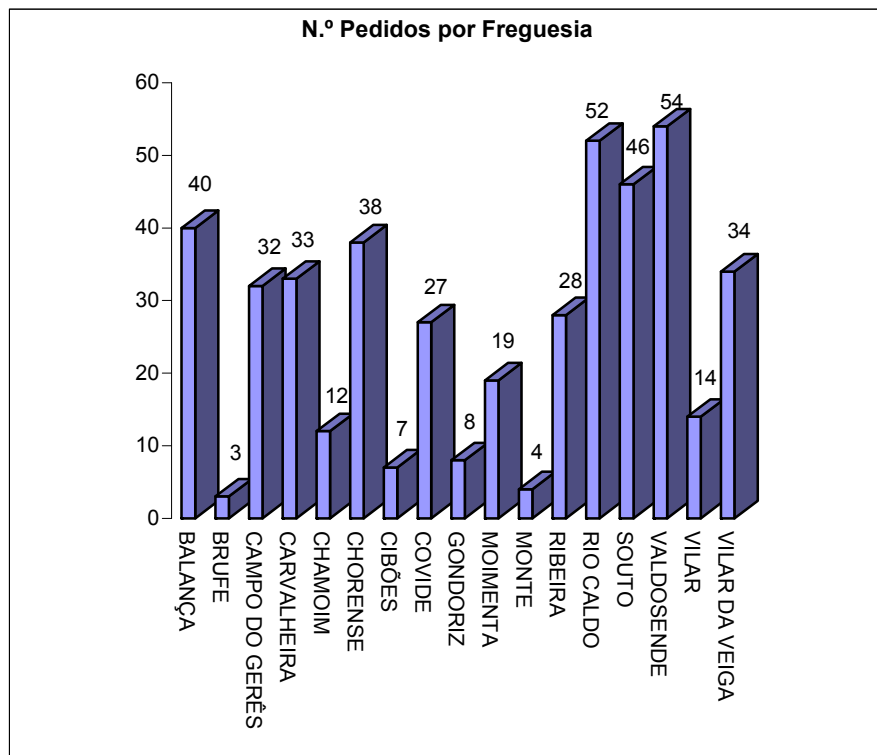
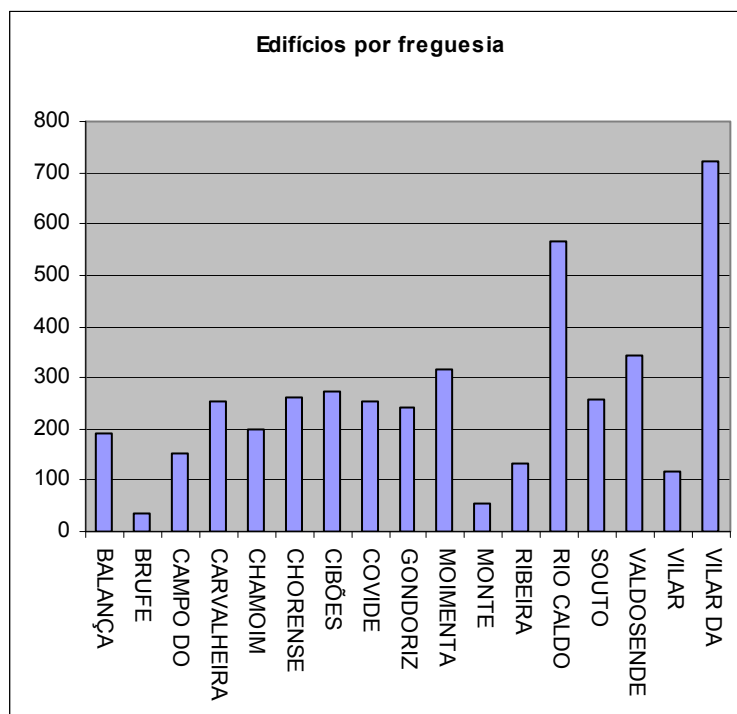


Gráfico n.º 8 – Pedidos por freguesia (número de áreas a desafectar 451 polígonos).



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001. Avaliação dos Pedidos da Consulta Pública, Revisão do PDM.

Gráfico n.º 9 – Número de Edifícios por freguesia.



Fonte: INE, Recenseamento da População 1991; Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001.

Desta récita de expansão no território de Terras de Bouro, que os pedidos reflectem, é de destacar o cenário que se apresenta nas freguesias de Valdosende, Rio Caldo, Souto, Balança, Choreense, Vilar da Veiga, Carvalheira, Ribeira, Covide e Moimenta como freguesias com maior necessidade de expansão das suas áreas urbanas, ou, pelo menos, reflectem a maior apetência para a localização de novas construções.

Pelo contrário, e evidenciando a sua realidade mais rural, encontrei as freguesias de Brufe, Monte (St.^a Isabel), Gondoriz e Cibões.

Tabela n.º 12 - Comparação da Incidência de Pedidos de Alteração.

Número de Freguesias	Percentagens
3	≥10
8	<10
6	<3,5

Fonte: Avaliação dos Pedidos da Consulta Pública, Revisão do PDM.

Da primeira análise da síntese dos pedidos de Audiência Prévia, observei que as freguesias com maior número de pedidos são as situadas perto da Albufeira da

Caniçada, (Valdosende, Rio Caldo e Vilar da Veiga), seguidas pelas freguesias envolventes à sede de concelho e à Estrada Nacional 205-3 (Moimenta, Ribeira, Souto), em direcção a Amares e ao principal pólo urbano da região, a cidade de Braga.

Tabela n.º 13 – Número de Pedidos por freguesia⁷ (fichas por pessoas ou grupo).

Freguesias	Pedidos
Balança	29
Brufe	3
Campo do Gerês	20
Carvalheira	33
Chamoin	12
Chorense	38
Cibões	7
Covide	27
Gondoriz	8
Moimenta	20
Monte	5
Ribeira	28
Rio Caldo	52
Souto	45
Valdosende	54
Vilar	14
Vilar da Veiga	34

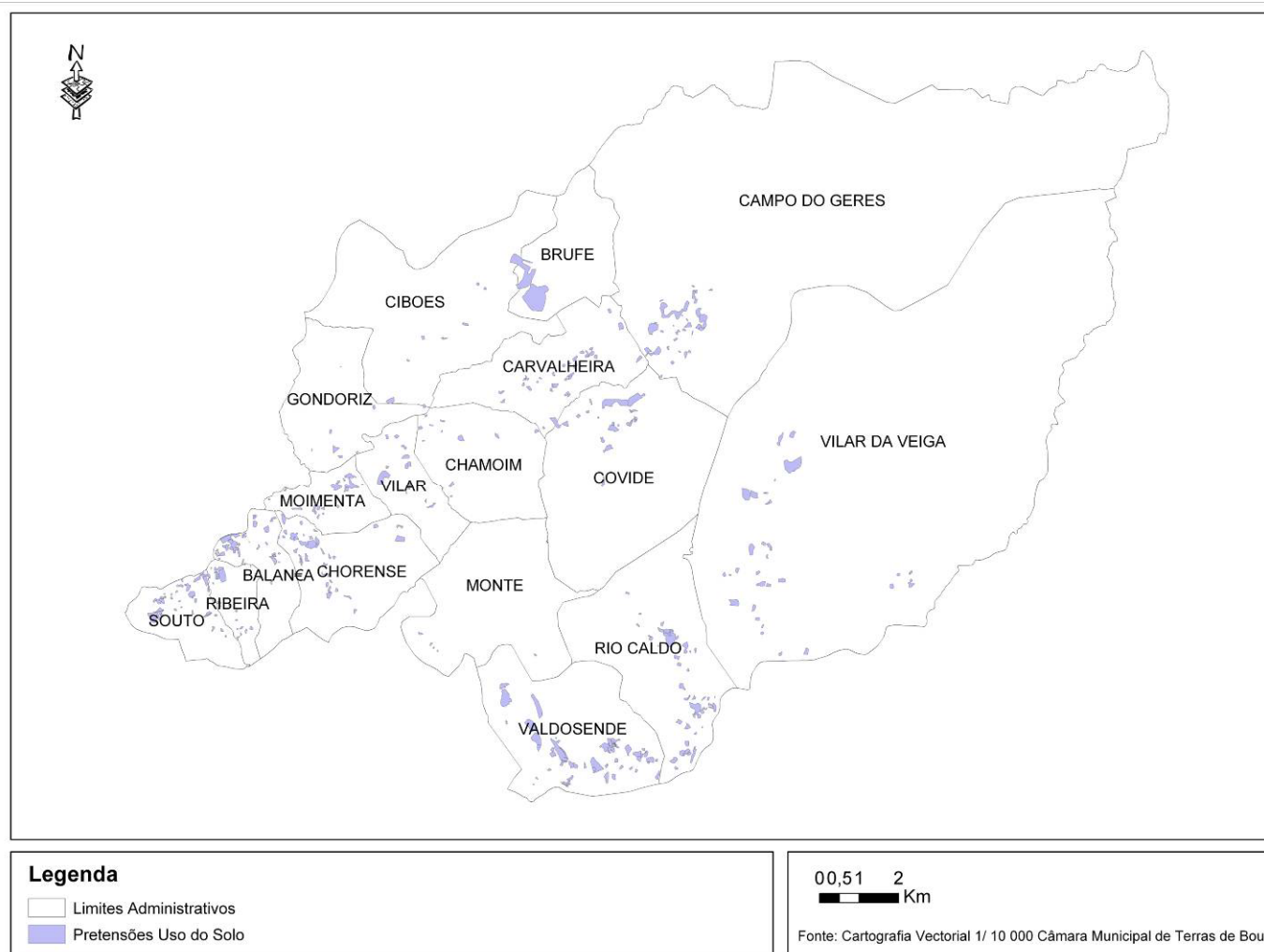
Fonte: Avaliação dos Pedidos da Consulta Pública, Revisão do PDM.

Destes Pedidos de Alteração resultaram cerca de 451 polígonos, que se mostraram como a primeira iniciativa de reconfiguração do actual PDM (ver fig. 15).

Nem todos os pedidos se prendem com a mudança de índice ou de uso de solo do anterior PDM, consistem também em opiniões/preocupações dos habitantes do município na actual revisão, alertando para a preservação da qualidade de vida, do património construído e natural e defesa dos actuais valores paisagísticos do município.

⁷ Através de uma leitura atenta dos dados apresentados, poderemos encontrar uma discrepância entre o número de pedidos (inquéritos) que e número de áreas (consequentes polígonos de desafecção). Isto acontece pelo seguinte, um inquérito pode representar de várias localizações de desafecção ou então nenhuma. Exemplo disso são os inquéritos de opinião e reflexão de vários habitantes com recomendações para o PDM, que não têm representação espacial, ao passo que determinado habitante pode requerer a desafecção de vários terrenos.

Figura n.º 15 - Pedidos de Alteração de Uso do Solo, zonamento por freguesia.



EVIDÊNCIAS DOS FENÓMENOS DE NATURBANIZAÇÃO E CONTRAURBANIZAÇÃO

Da conseqüente Consulta Pública resultaram 429 Pedidos de Alteração ao Uso do Solo, que demonstram, em si, uma dinâmica de evolução do concelho e das próprias freguesias.

Embora em termos brutos haja um decréscimo de população em Terras de Bouro, existem alguns factores que sustentam a necessidade inequívoca de crescimento e/ou regularização das áreas de construção em Terras de Bouro, tais como: diferenças ao nível da estrutura familiar que leva à diminuição do número de indivíduos por família, mas ao aumento do número das mesmas; atracção do concelho pela sua qualidade de vida em relação a concelhos vizinhos; maturação dos aglomerados existentes e regularização de erros do anterior PDM; movimentações populacionais intra-concelhias, forte elemento Turístico (devido ao património Histórico, Natural e Paisagístico e a algumas infra – estruturas já criadas) que leva a uma atracção para residências de segunda habitação, bem como o gosto dos jovens pela sua terra.

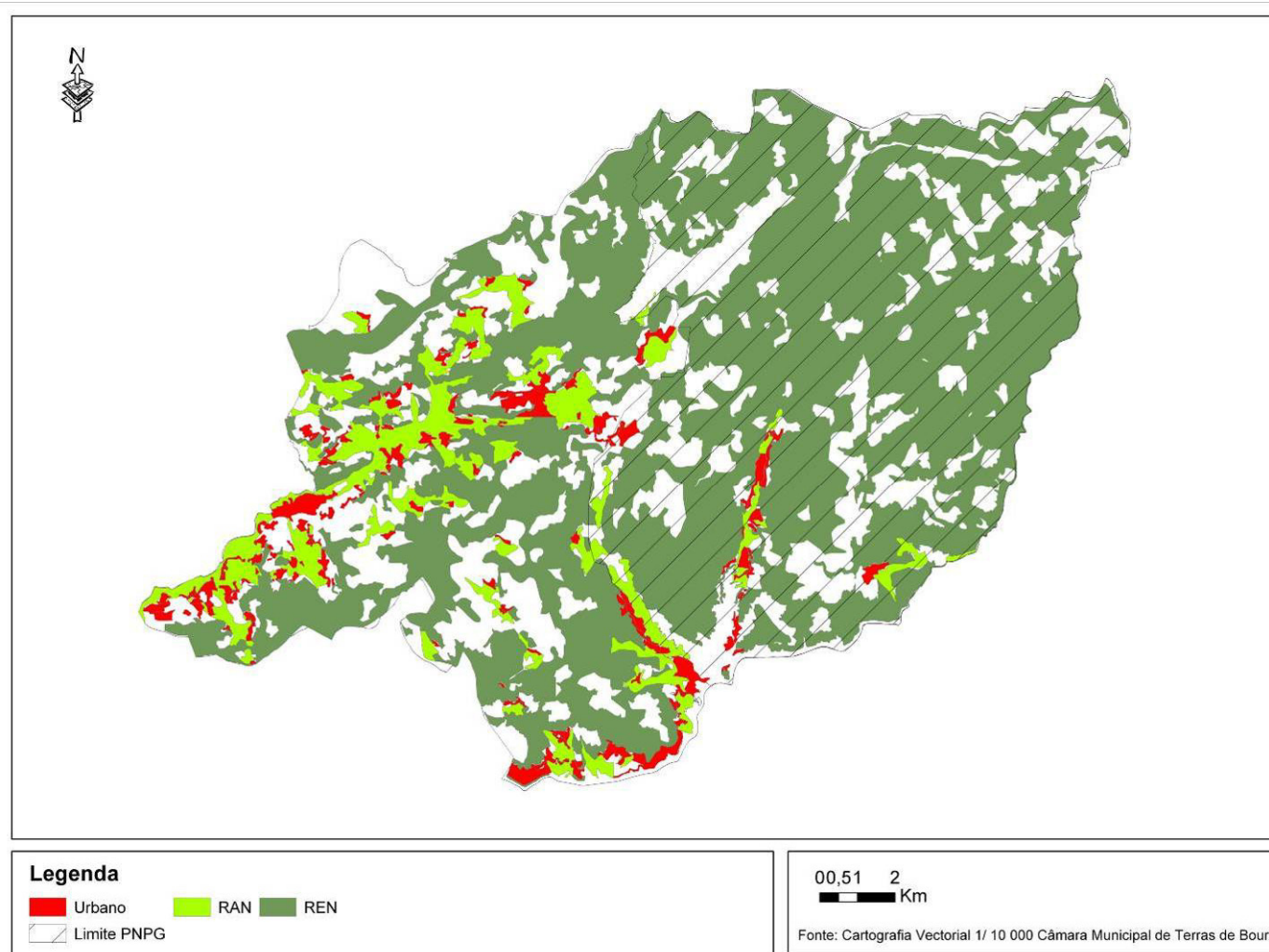
Tabela n.º 14 – Áreas dos Aglomerados e Área de Expansão Proposta.

Tipo de Aglomerado (PDM)	Área (km²)	Total (km²)
Urbano	1,6	
Rural	2	
Rural Construção Condicionada	4,6	8.5
Interesse Patrimonial	0,3	

Fonte: Avaliação dos Pedidos da Consulta Pública, Revisão do PDM.

Para além disto, são as áreas afectas ao Solo Urbano mais condicionado (aglomerados de Uso Condicionado), essencialmente composto por aldeias, que a área de desafecção também é maior. Estas aldeias, intimamente rurais, mas com condições básicas de alojamento e lazer, saneamento, polidesportivos, rápidas acessibilidades às estradas principais, são assim, uma localização cada vez mais pretendida para alojamento de famílias que aqui procuram condições de habitabilidade e de qualidade de vida, mas sempre ligadas ao mundo natural que aqui é proporcionado (evidência disto é o surgimento de alguns aldeamentos de luxo).

Figura n.º 16- Principais Condicionantes do Município de Terras de Bouro.



Num território altamente “condicionado”, devidos às condicionantes legais a que está sujeito (ver fig. 16), designadamente, RAN, REN (quase 80% do território), POAC, POPNPG, a presente “pressão” de crescimento das intenções de novas construções, aumentando a área urbana existente em mais 8, 5 Km² que a actual é, por si, um indicativo bastante forte no indicador da atractividade desta área para habitação.

Reflectindo sobre a evolução social dos últimos 50 anos, associada da transformação social ocorrida, emigração, migração e consequente fragilização da dinâmica populacional, vi que o espaço Rural em Portugal tem sido “desvitalizado” neste últimos anos, embora defendida em termos teóricos.

Este facto tem levado à diminuição das actividades agrícolas, o que, consequentemente, levou a uma precariedade do Espaço Rural em detrimento do aumento dos Espaços Urbanos. Analisando este fenómeno, apercebo-me também, que a evolução de outros aspectos como a rede viária, a infra-estruturação e essencialmente o falhanço no processo do Ordenamento do Território e dos seus instrumentos, em conseguir integrar/valorizar o Espaço Rural, integrando-o em modelos de desenvolvimento atractivo no desenvolvimento socio-económico, levaram ao declínio do Espaço Rural.

O Espaço Rural denota três grandes mudanças: depreciação da actividade agrícola, perda de população e, uma mais recente, a atractividade destes espaços para construção, pois apresentam-se como zonas de uma qualidade de vida mais relaxante, associada ao Turismo e bem servidas de infra-estruturas.

Existe uma procura cada vez mais acentuada de construção nos concelhos periféricos às grandes zonas urbanas, principalmente quando dotado de infra-estruturas e reconhecido Património Natural, como é o caso de Terras de Bouro.

Pode-se assumir que Terras de Bouro denota dois recentes fenómenos urbanísticos: Naturbanização e/ou a Contraurbanização originando uma nova pressão urbanística que se junta à dos seus residentes e descendentes directos.

No território Terrabourense, são conhecidas as dificuldades apontados pela difícil orografia pelo que a evolução humana neste território se foi adaptando e regularizando, criando pequenos núcleos urbanos dispersos pelas várias freguesias, intimamente ligados às características do seu território.

Assim, tem-se, ainda hoje, uma forte ligação dos habitantes com os seus terrenos que, por falta de extensas áreas urbanas, se assumem como espaços de acolhimento para os mesmos.

Figura n.º 17. – Pressão Urbana, Vale do Homem.

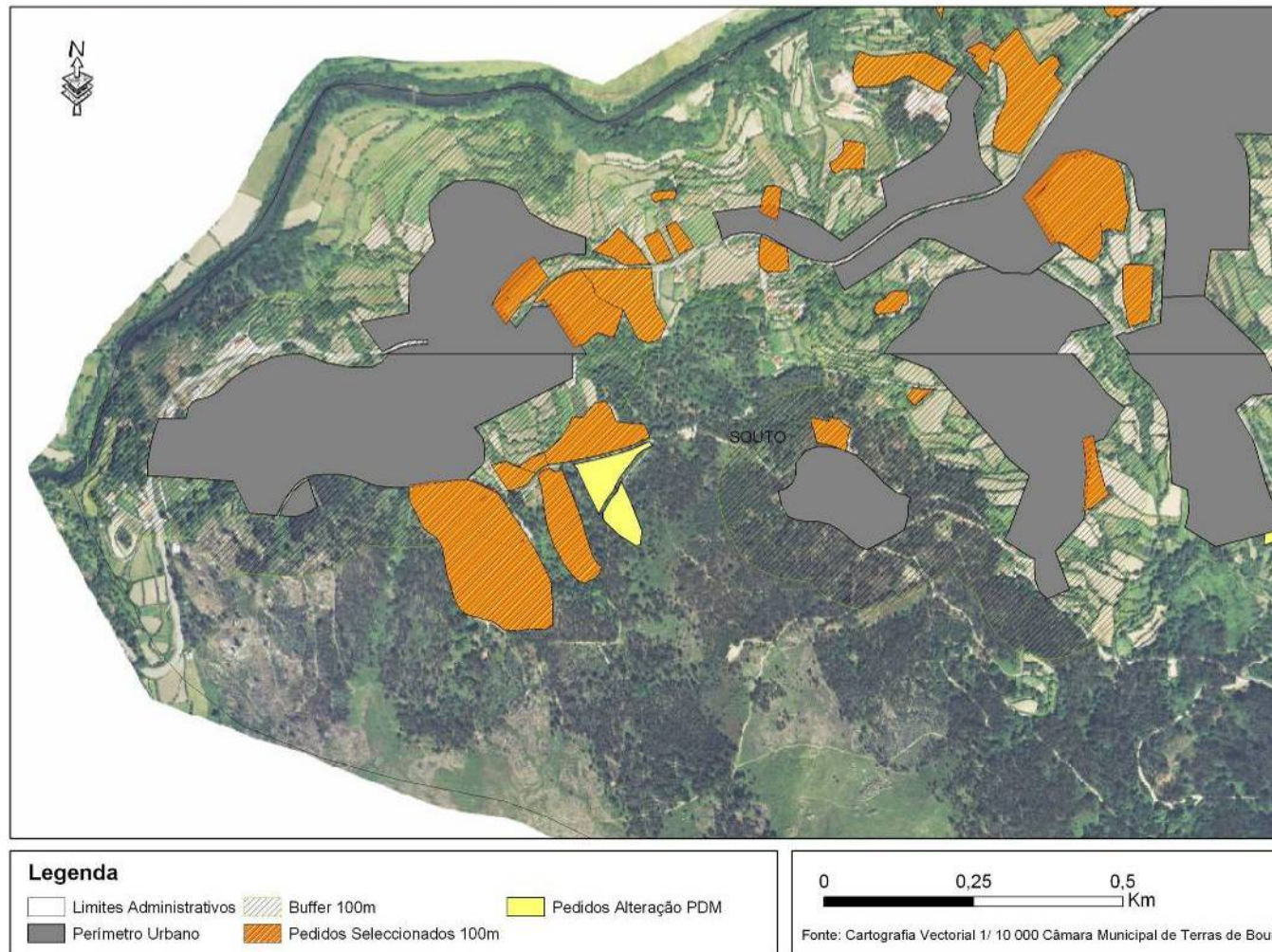


Figura n.º 18. – Pressão Urbana, Vale do Homem.

